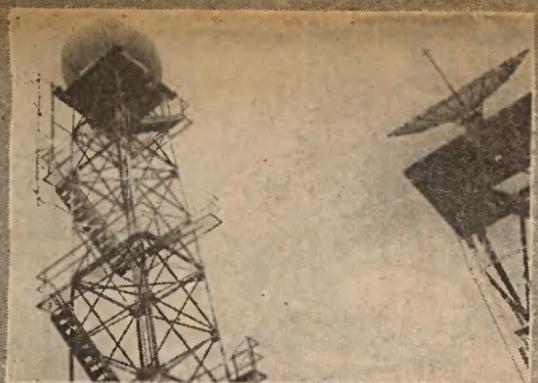


ESCOLHIDO O NOVO VICE-REITOR



Após obter 80% dos votos de docentes, funcionários e alunos e encabeçar a lista triplice elaborada pelo Colégio Eleitoral, o professor Arthur Roquete de Macedo (foto), até então o diretor da Faculdade de Medicina do campus de Botucatu, foi nomeado pelo governador Orestes Quêrcia como o novo vice-reitor da UNESP.
Pág. 5

IPEMET



Radar meteorológico do IPEMet

Localizado no campus de Bauru, o Instituto de Pesquisas Meteorológicas presta serviços de inestimável valor a todo o Estado. Conheça aqui um pouco desse instituto.

Pág. 6

EDITORA



Marco Aurélio Nogueira
diretor da Editora UNESP

Perto de completar dois anos, a Editora UNESP diversifica suas coleções, investe na distribuição e se prepara para lançar bons títulos ao longo do ano.

Pág. 10

CONSTITUINTE AGORA É A ESTADUAL

Veja matérias na página 4 e entrevista com o deputado Ivan Valente nas páginas centrais



unesp

Universidade Estadual Paulista
Reitoria: Praça da Sê, 108 — CEP 01001 — São Paulo, SP.

Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Autarquia Vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia — FATEC — de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).

Outras Unidades: Instituto de Física Teórica (São Paulo) e Instituto de Pesquisas Meteorológicas (Bauru).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO
Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores das Unidades Universitárias: Acyr Lima de Castro, Antenor Araújo, Antônio Espada Filho, Antônio Carlos Massabni, Antônio Quelce Salgado, Arthur Roquete de Macedo, Bruno Mancini, Carminda da Cruz Landim, Cecílio Linder, Cezar Piedade Júnior, Fernando Mesquita Lara, Flávio Abranches Pinheiro, Irineu Bicudo, Irineu de Moura, Jayme Wanderlei Gasparoto, Joji Ariki, José Enio Casalecchi, José Ribeiro Júnior, Lourival Larini, Márcio Rubens Graf Kuchembuck, Marcos Alegre, Néilson Múrcia, Tatsuko Sakima e Telmo Correia Arrais.

Representantes Docentes: Almir Lima de Castro, Elcio Marcantônio, Jehud Bortolozzi, Manoel Lelo Bellotto e Roberto Ribeiro Bazilli (titulares); Anna Maria Martínez Corrêa, Antônio Carlos Busoli, Izidoro Antônio Pescinini, Maria Amélia Máximo de Araújo e Oisenyl José Tamega (adjuntos); Célio Raimundo Machado, Cláudio A. Rabello Coelho, José Perozin, Maria Cecília Mattoso Ramos e Paulo Magalhães Filho (assistentes doutores); Dib Gebara, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Myrna Therezinha Rossi Rego, Reynúncio Napoleão de

Lima e Sérgio Amâncio Cruz (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Mieko Kimura, Petrônio Massanobu Tanisho, Ronelê Maria de Souza Pina e Silvana Aparelda Gregório (auxiliares de ensino).

Representantes Técnico-administrativos: Adauto José da Silva, Airton Camplesi, Benedito Carlos Piveta, Gessê Gerardi, João Pedro Pagotto, José Munhoz Fernandes, Luiz Gonçalves Rodrigues, Maria da Piedade Peixoto Santos, Marisa Nunes Galvão, Reinaldo Teixeira de Oliveira e Waldemar Pessoa da Cruz.

Representantes Discentes: Alexandre Salino, Audeinei Carlos das Neves, Celso Melrelles Caseh, César Augustó Moreira, Francisco Sérgio Bernardes Ladeira, Júlio Sérgio Alres de Almeida, Márcio José Cicogna Gimenez, Maria Júlia Azevedo Gouveia, Ricardo Cirelli Neto, Roberto Sampaio Gândara Júnior e Sérgio Marrone Ribeiro.

CEETPS: Oduvaldo Vendrameto
FAESP: José João Auad Júnior
FIESP: Horácio Lafer Piva
FCESP: Abram Szajman

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura.

Endereço: Praça da Sê, 108, 4º andar (CEP 01001), São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 32-7757.

Editor responsável: José Roberto Ferreira (MT 17.039)

Editor: Paulo Velloso

Redação: Adriana Machado, Denise Pellegrini Montes e Katia Salsi.

Editor de Arte: Celso Pupo

Produção: Sérgio Lopes

Tiragem: 19.000 exemplares

Composição, Fotolito e Impressão: Cia. Editora Joruês.

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.



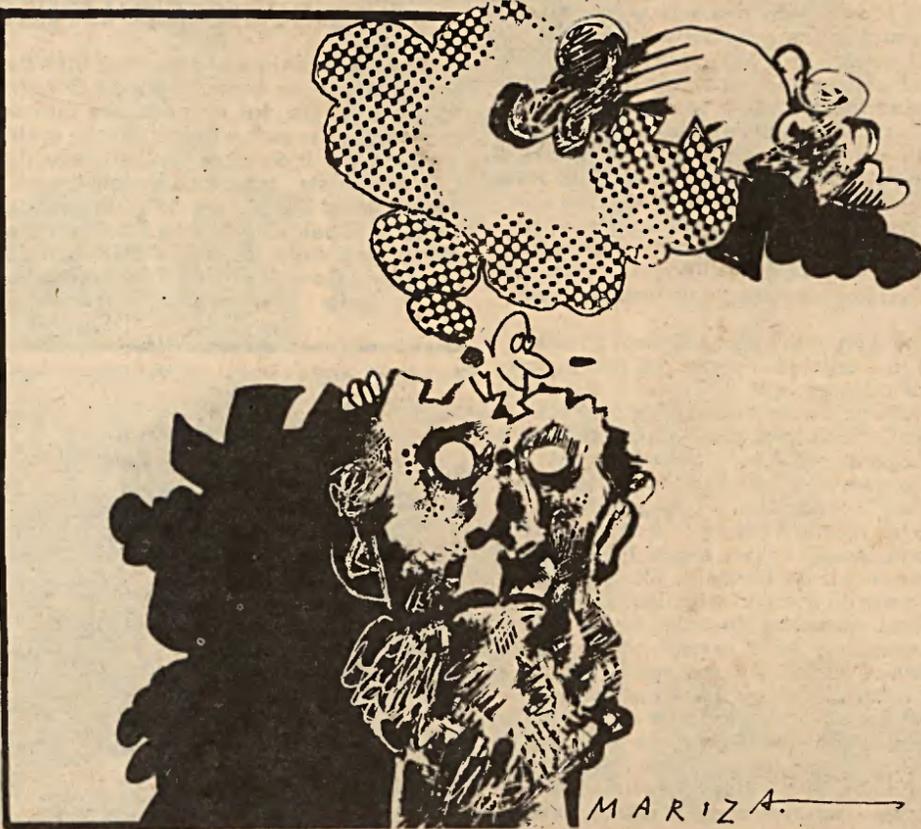
Tarefas do CONSU

O nosso Conselho Universitário já vem se debruçando sobre o novo Regimento Geral da Universidade, consequência da recente aprovação do novo Estatuto.

As tarefas são múltiplas e variadas e muitas delas com prazo pré-determinado. É justo, porém, alimentar a expectativa de que tudo será feito — e bem — a seu tempo, a julgar pelo trabalho realizado durante a discussão e a formulação do novo Estatuto, quando foram fixadas as linhas básicas do novo Regimento Geral.

Parece-nos que no interior dessa multiplicidade e dessa variedade de tarefas, duas sobressaem as demais, porque são as que, efetivamente, deverão impor um novo quadro acadêmico e acadêmico-administrativo à nossa Universidade: estamos nos referindo aos grupos acadêmicos, de um lado, e aos núcleos regionais, de outro. São duas iniciativas muito importantes não só para o presente como para o futuro da UNESP; por isso mesmo, vale a pena retomar a análise, até para lembrar algumas consequências que decorrem dessas inovações.

Assim, é importante não esquecer que a idéia de grupos acadêmicos, a serem instituídos nos departamentos, resulta de variadas fontes. A principal destas é de natureza histórica. Os grupos acadêmicos foram propostos como um importante recurso para sairmos dessa situação embaraçosa em que se encontram as estruturas departamentais das universidades brasileiras; aliás, assim se encontram desde que substituíram o regime das cátedras. Tudo nos leva a crer que tal substituição anulou o que o regime das cátedras possuía de mais significativo, a saber, a clara delimitação das responsabilidades (ou responsabilidades) acadêmicas; por sua vez, o modo como a estrutura departamental foi instituída provocou uma quase total diluição das obrigações, daí sobrando, quase que exclusi-



vamente, encargos burocráticos, ainda assim, no sentido mais fraco da palavra. Uma outra fonte encontra-se no fortalecimento do estímulo que tem sido dado à área acadêmica, àqueles docentes-pesquisadores que mais se têm destacado na área acadêmica. É preciso esclarecer que tal fortalecimento vem se manifestando sob a forma de atenção especial a projetos de pesquisa, em particular quando são propostos por vários pesquisadores, de vários departamentos ou Unidades Universitárias. Sem prejuízo da pesquisa individual, o estímulo está mais voltado para a pesquisa coletiva, interdisciplinar.

Daí decorre a importância do estabelecimento das regras que disciplinam a

institucionalização dos grupos acadêmicos, onde estarão incluídas as normas sobre sua composição, atribuições do coordenador, mecanismos de avaliação do desempenho e, antes e mais que tudo, as normas sobre a atividade de desenvolver determinadas linhas de pesquisa bem como de formar novos quadros de pessoal.

A outra tarefa, igualmente importante, porque também decisiva para os rumos da nossa Universidade, refere-se à implantação dos núcleos regionais.

A sugestão para implantar tais núcleos surgiu a partir da necessidade de aumentarmos a força dos vínculos entre umas e outras Unidades Universitárias

rias da UNESP e, assim, eliminarmos, por completo, o que ainda resta de Universidade conglomerada (isto é, aquela formada pela simples justaposição de unidades e órgãos). Os núcleos regionais, portanto, devem responder a uma necessidade cada vez maior de integração no interior da nossa Universidade. Como o aumento dos vínculos deve processar-se, especialmente, entre as Unidades geográficas, e não mais próximas, as preocupações deixarão de ser locais para se transformarem em regionais, o que facilitará, mais ainda, a própria definição dos rumos do planejamento universitário. O argumento principal para justificar a introdução dos núcleos encontra-se no fato de que, diferentemente do que ainda acontece, eles representam um importante mecanismo a refletir, adequadamente, a nossa realidade, que é a de sermos uma Universidade multicampus. Nesse quadro todo, não podemos deixar de ponderar, profundamente, sobre os critérios para a formação de núcleos, o que poderá se transformar num bom exercício para superarmos a desastrosa divisão em distritos, ainda vigente; talvez, esse mesmo exercício sirva para fazermos uma tentativa para a criação de verdadeiras regiões de conteúdo geográfico-acadêmico, e orientadas, ao mesmo tempo para um padrão administrativo de nítido caráter centrífugo.

Por esses motivos, precisamos definir alguns critérios, não muitos rígidos, para a formação de núcleos regionais, bem como devemos identificar as competências dos Conselhos de Núcleo, além de resolver algumas questões correlatas.

Eis duas das mais importantes tarefas que deverão merecer todo um esforço conjugado do CONSU; um esforço que só será recompensador se mobilizar uma discussão desapassionada e feita em nome do melhor futuro para a nossa UNESP.

A questão da escolha de reitor

Não podemos nos iludir: o fato de termos feito, recentemente, a escolha de reitor, pode não significar que, só daqui a cerca de quatro anos, a comunidade unespiana deverá pronunciar-se novamente sobre o assunto.

Não podemos nos esquecer que até lá poderão ocorrer alterações nas regras do jogo; por isso, precisamos estar atentos.

Não podemos nos esquecer, principalmente, que estão sendo discutidas uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e uma nova Constituição estadual, apenas para mencionar duas matérias legais importantes para as universidades estaduais de São Paulo. E o que dizer dos desdobramentos que a questão da autonomia universitária poderá suscitar, considerando-se os termos em que foi colocada pelo art. 207 da Constituição Federal e, especialmente, pelo Decreto Estadual n.º 29.598, de fevereiro último? Além disso, e de acordo com notícias publicadas, o próprio Governo do Estado manifestou o ponto de vista segundo o qual o processo de escolha dos reitores deveria completar-se no âmbito das nossas Universidades.

Tem havido pronunciamentos, no entanto, com o objetivo de mostrar que a escolha deve continuar com o Governador do Estado, mediante lista tríplice elaborada pelo colegiado especial de cada Universidade. Há, até mesmo, a intenção de atribuir a escolha final a um novo órgão, composto de pessoal não universitário.

É a partir de tais propostas que a estranheza se instala.

Vai ficando cada vez mais claro o ponto de vista de que não é bom para a Universidade, e nem para o Governador (ou para o Governo), que este escolha o reitor. Sem discutir a falta de coincidência entre ambos os mandatos e, também, o fato de que, por sua conta e risco, cada uma das três universidades estaduais paulistas vem estabelecendo as regras do processo de escolha, sem qualquer intromissão do Executivo, a verdade é que, quando é o Governador quem escolhe, esse ato pode dar margem a uma multiplicidade de interferências que desgastam tanto o Governo como a universidade.

Enfim, por que a estranheza?

Talvez, porque da tentativa de explicitação do que devemos entender por autonomia universitária caiba à univer-

sidade, mais do que nunca, responsabilizar-se, inteiramente, pelo processo de escolha de seu representante máximo, a saber, do seu estadista (e não mais de seu simples gerente). Quer queiramos ou não, o reitor é a maior autoridade universitária: será sempre essencial que não seja considerado como mais um braço do Executivo (tal como se dá com os Secretários de Estado).

Então, qual o sentido dos que procuram, depois de tudo, reproduzir a norma que prevê a escolha do reitor pelo Governador do Estado? E qual o sentido de outros que sugerem a criação de um novo órgão para, entre outras coisas, proceder à decisão final do processo de escolha do reitor?

Está difícil de compreender ambas as posições, se tivermos isenção na análise; isenção que significa despreocupação com posição puramente pessoal, ou de pequenos grupos, ou posição meramente circunstancial; isenção que significa, igualmente, preocupação apenas voltada para as principais características históricas e atuais da instituição universitária. É difícil, ainda, refutar com serenidade e argumentação daqueles que sugerem a criação de

um conselho, acima de cada conselho universitário, para, também, exercer o papel de agente decisório final na escolha do reitor.

No caso das universidades estaduais paulistas, a autonomia vem sendo apontada como uma poderosa arma para, finalmente, chegarmos à tão desejada fase de fixarmos as nossas próprias leis, naquilo em que somos, por natureza, diferenciados; é, justamente, nesse quadro que, por exemplo, estamos procurando estabelecer uma política de pessoal adequada e própria à Universidade (incluindo uma correspondente política salarial), bem como estamos procurando introduzir inovações na administração dos recursos, especialmente, os orçamentários e financeiros...

Como entender que, nesse mesmo quadro de aberturas, feito em nome do instituto da autonomia universitária, não defendamos, com todas as nossas forças, a escolha do reitor, em todas as etapas, como um processo que se esgota no universo peculiar da universidade?

Fiquemos por aqui, por enquanto, com essa intrigante e inusitada interrogação.

Constituinte estadual pede participação da universidade

Uma vez em vigor a Constituição Federal, cada Estado da federação deve, através da Assembléia Legislativa, elaborar a sua própria Constituição. O prazo para isso é de um ano, a contar da data da aprovação da Carta federal — 5 de outubro próximo, portanto. Os deputados paulistas passaram os últimos meses discutindo as normas para o regimento que vai balizar os trabalhos (veja matéria abaixo) e esboçando anteprojetos para a nova constituinte estadual.

Na medida em que a atual Constituição brasileira contempla o caráter federativo do país de maneira mais acentuada do que a anterior, a própria Carta estadual e também a sua elaboração ganham importância. E a universidade está sendo chamada para participar desse processo. Aliás, entre os diversos anteprojetos já elaborados, alguns deles tiveram a participação das universidades do Estado e também de institutos e órgãos públicos voltados para atividades de pesquisa. “Não podemos prescindir da contribuição desses setores, até mesmo pela falta de infra-estrutura do Legislativo, em termos de técnicos e especialistas”, ressalta o deputado José Dirceu (PT), coordenador do subgrupo da Ordem Econômica e Social do grupo de trabalho da Assembléia encarregado de elaborar um anteprojeto da Constituição Estadual.

Além de reuniões com coordenadores e propostas encaminhadas diretamente aos subgrupos, as universidades estaduais — através de associações de docentes, reitorias e diretórios estudantis — participaram dos seminários sobre Ciência e Tecnologia, Educação, Universidade, Cultura e Mulher, que elaboraram subsídios para a Constituinte paulista. Dessas discussões resultaram nove artigos especificamente sobre Ciência e Tecnologia, nos quais se fixam as diretrizes da ação do Estado no setor. “Inicialmente o subgrupo fez apenas uma espécie de adaptação do texto da Constituição federal, mas, com a realização dos seminários, foi possível avançar em muitos pontos”, explica José Dirceu, ex-vice-presidente da União Estadual dos Estudantes, de São Paulo, em 1967.

Entre as sugestões do subgrupo — cujo texto ainda passará pelo relator do anteprojeto, deputado Arnaldo Jardim (PMDB), antes de se constituir numa das contribuições a serem analisadas pela Assembléia — está a de formação de um Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, com autonomia e caráter deliberativo, assegurada a participação da UNESP, USP e Unicamp, “parte integrante do processo de formulação da política científica e tecnológica e agentes primordiais de sua execução”, ao lado dos demais órgãos públicos de pesquisa.

Definição do regimento interno é passo importante

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo deverá aprovar até o dia 13 o regimento interno para a elaboração da Constituição paulista. A data foi acertada informalmente entre os líderes partidários, preocupados em cumprir o prazo estabelecido pela Constituição federal — 5 de outubro deste ano — para a promulgação das Cartas Magnas estaduais. A aprovação do regimento marcará o fim de três meses de discussões sobre como deverão agir os 84 deputados em seu trabalho constituinte.

Desde que se iniciaram as discussões em torno do regimento, em 16 de janeiro, surgiram inúmeras propostas, tão conflitantes que praticamente bloquearam o funcionamento da Assembléia Legislativa. Uma primeira divergência — se é possível estabelecer um início para os atritos partidários sobre a Constituinte estadual — surgiu sobre a questão da soberania e a Mesa: se a Constituinte é soberana como defendem PT e PSDB — respeitando-se, é claro, os limites impostos pela Constituição federal —, a Constituinte estadual deveria ter uma Mesa autônoma em relação à Mesa da Assembléia Legislativa.

PMDB, PDS, PFL e PTB uniram-se em torno de outra proposta: a Constituinte é um poder subordinado à Assembléia Legislativa,

PRINCÍPIOS

De acordo com o relatório do subgrupo da Ordem Econômica e Social, a política de C&T do Estado de São Paulo terá seis princípios básicos: o aproveitamento racional e não predatório dos recursos naturais; a preservação e a recuperação do meio ambiente; o respeito aos valores culturais da sociedade; a ampliação do acesso de todos aos benefícios do desenvolvimento; a articulação das ações do poder público nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, assim como dos órgãos e entidades vinculados ao Estado; e a garantia do acesso e manutenção do emprego e salário.

Um dos pontos mais polêmicos no subgrupo, diz o deputado José Dirceu, foi a proposta de reestruturação da Fapesp e destinação de 50% de seus recursos ao fomento institucional. “Adotamos como princípio, para a inclusão no relatório, o consenso obtido pelas propostas, e essa sugestão não foi incorporada”, argumenta o parlamentar. Outra questão relativa à Fapesp — a destinação para a instituição de pelo menos 1% da receita orçamentária do Estado — foi consensual e faz parte do texto do subgrupo.

Duas iniciativas do relatório da Ordem Econômica e Social deverão suscitar muita polêmica durante a Constituinte estadual: a proibição de construção, armazenamento e transporte de armas nucleares em São Paulo e a obrigatoriedade, para que as empresas privadas possam receber algum tipo de apoio do Estado, de que elas cumpram várias exigências — sejam empresas brasileiras de capital nacional, invistam em pesquisa e em controle ambiental e assegurem aos empregados, de forma desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

CRÍTICAS À UNIVERSIDADE

Também ex-líder estudantil — foi diretor da União Estadual dos Estudantes (UEE-SP) em 1978, ano de reconstrução da entidade —, o deputado Arnaldo Jardim tem críticas à forma como a Universidade tem participado do processo constituinte paulista. “A Universidade, lato sensu, poderia estar participando de forma mais ativa, com seus técnicos e especialistas”, destaca o relator do anteprojeto a ser elaborado pela Assembléia Legislativa. Ele cita as contribuições dadas por alguns setores das universidades paulistas, como as associações de docentes e núcleos de estudos constitucionais, além de uma reunião com o secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Luiz Gonzaga Belluzzo, e os reitores das três universidades estaduais.

e, portanto, a Mesa deve ser única. Por trás dessa discussão está a luta pelo encaminhamento a ser dado aos trabalhos, processo no qual o presidente da Assembléia Legislativa (Tonico Ramos, do PMDB) deverá ter importância primordial. Os poderes que a Presidência da Assembléia acumula são tantos que PT e PSDB defendem uma Mesa colegiada, sem presidente, na qual as decisões seriam tomadas ou por maioria de seus integrantes, apenas, ou também com a participação das lideranças partidárias.

Duas outras questões dividiram igualmente as opiniões dos deputados nesses três meses de estudos: os prazos para discussão e aprovação dos temas e as formas de participação popular na Constituinte. Novamente se configuram duas concepções radicalmente contrárias: de um lado, PT e PSDB, partidos minoritários na Assembléia, argumentando sobre a necessidade de se aumentar os prazos de discussão; de outro, o bloco formado pelo PMDB, PFL, PTB e PDS, ressaltando a importância de se apressar os trabalhos, já atrasados.

Os debates sobre a participação popular na Constituinte foram acirrados. PT e PSDB propuseram o número de 3 mil assinaturas, abonadas por entidades, para o encaminha-

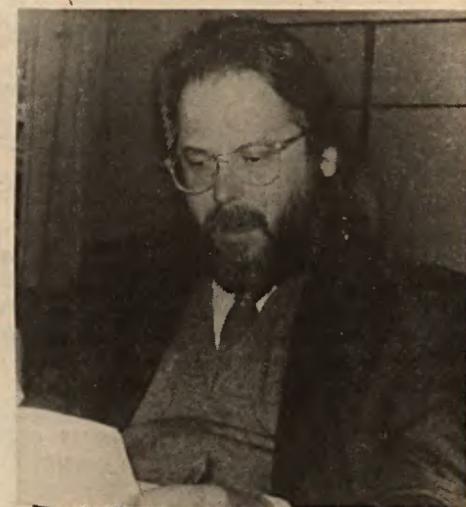
Conselho da UNESP forma comissão

Visando intensificar a participação da Universidade na elaboração da Constituição paulista, foi formada, na última reunião do Conselho Universitário, realizada no dia 6 de abril, a Comissão da Carta Paulista. Integrada pelos professores Jehud Bortolozzi, do IB-Botucatu, Roberto Ribeiro Bazilli, da FE-Guaratinguetá, Joji Ariki, da FCAV-Jaboticabal, José Enio Casalecchi, da FCL-Araraquara e pelo representante técnico-

administrativo Gessé Gerardi, do IGCE-Rio Claro, a Comissão deverá estudar o assunto e apresentar propostas à Assembléia Legislativa. O grupo deverá se reunir em breve e os primeiros resultados desse trabalho poderão ser sentidos na próxima reunião do C.O., no dia 27 de abril, quando deverá apresentar suas primeiras sugestões sobre a matéria.



Arnaldo Jardim, do PMDB



José Dirceu, do PT

“Mas, de forma geral, a Universidade está afastada do processo de definição da Carta do Estado. Ela deveria dar importantes contribuições em áreas como saneamento básico, ecologia e cultura, mas não sinto a participação desses setores. E isso significa, evidentemente, perda de qualidade no trabalho constituinte”, acrescenta Arnaldo Jardim.

Na opinião do deputado, essa situação é reflexo do afastamento que, no seu entender, há entre a universidade e a sociedade. “Ainda não foram rompidos os limites setoriais e corporativos da Universidade”, analisa Arnaldo Jardim. Ele ilustra sua opinião com um exemplo: “Participei de um encontro com um grupo de professores universitários que ficaram meia hora falando da necessidade de democratização da universidade, mas não ouvi sequer uma preocupação de estender essa democracia ao conjunto da população.”

Por ser relator do anteprojeto — e, portanto, com o poder de alterar as propostas apresentadas pelo subgrupo da Ordem Econômica e Social —, Arnaldo prefere não comentar as sugestões do relatório coordenado por José Dirceu. Somente no final deste mês, dez dias após a aprovação e publicação do regimento interno, o anteprojeto deverá estar pronto. O deputado, no entanto, adianta algumas questões que, no seu entender, deveriam ser incorporadas à Constituição estadual: garantir o papel não apenas de ensinar, mas também de desenvolver pesquisas, às universidades estaduais; ampliar os objetivos da Fapesp, incluindo-se entre eles o de fomento à tecnologia; o incentivo do Estado às empresas que tenham compromisso com o desenvolvimento do setor de ciência e tecnologia. “Devemos ter na Constituição a marca da ousadia, avançando ao máximo nos limites possíveis”, defende Arnaldo Jardim.

AVANÇOS

Se na forma de encaminhar o processo constituinte não há consenso — o PSDB, inclusive, defende sozinho a não elaboração de um anteprojeto de Constituição que sirva de referência aos deputados —, há algumas opiniões comuns sobre os limites a serem obedecidos pela Carta estadual. “Em tudo aquilo que for possível deve-se avançar em termos de legislação”, afirma o deputado Arnaldo Jardim (PMDB). “Partiremos do pressuposto de que aquilo que não é proibido na constituinte federal pode ser incluído na Carta estadual”, ressalta o deputado José Dirceu (PT).

Na avaliação de Arnaldo Jardim, a Constituição federal restringiu excessivamente as possibilidades de formulação de legislações estaduais flexíveis, adaptadas às diferentes e

contrastantes realidades dos diversos Estados. “Estamos muito distantes de um regime federativo real”, analisa o deputado peemedebista. Para ele, contudo, há uma “zona cinzenta” indefinida, em torno da qual os deputados deverão atuar “com ousadia”.

José Dirceu lembra que a Constituição federal reserva aos Estados competência para legislar sobre aquilo que não é reservado expressamente à União ou aos municípios. “Ou seja, a Constituição do Estado não é uma cópia menor da Carta federal”, salienta o parlamentar petista. Segundo José Dirceu, a Constituição estadual poderá representar significativos avanços em áreas como fiscalização do Executivo, proteção do meio ambiente e democratização institucional, com a criação do “ombudsman”, cuja função é defender a coletividade contra abusos cometidos por autoridades públicas.

Aprovado o regimento interno, definidos os limites de atuação da Constituição estadual, começarão na Assembléia Legislativa os debates sobre essas e outras questões — reproduzindo no Estado as discussões e o jogo de pressões dos mais diferentes setores da sociedade, da mesma forma como se viu, no ano passado, na elaboração da Constituição federal.

Professor Arthur já é o novo vice-reitor

A UNESP já tem um novo vice-reitor. O professor Arthur Roquete de Macedo teve seu nome homologado pelo governador Orestes Quércia, conforme publicação do D. O. no dia 12 de abril, após ter sido o mais votado na consulta à comunidade e, posteriormente, ter encabeçado a lista tríplice elaborada pelo Colégio Eleitoral. As regras para a escolha do vice-reitor foram basicamente as contidas no novo Estatuto, com cada congregação adotando normas que considerasse mais convenientes para a consulta à comunidade.

De acordo com as normas deliberadas pelo Conselho Universitário, em reunião do dia 26 de janeiro último, os candidatos ao cargo deveriam se inscrever junto à Secretaria Geral até o dia 10 de fevereiro. Dessa maneira, passaram a concorrer ao cargo os professores Arthur Roquete de Macedo, da Faculdade de Medicina (FM) do campus de Botucatu, Ruy dos Santos Pinto, da Faculdade de Odontologia (FO) do campus de Araçatuba; e Antônio Quelce Salgado, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS) do campus de Franca. Este último, porém, durante a campanha, abandonou a candidatura alegando motivos particulares.

A disputa seguiu com a consulta à comunidade do campus de Ilha Solteira, nos dias 16 e 17 de fevereiro, em virtude do calendário escolar da Faculdade de Engenharia prever como período de férias os dias reservados para a consulta nas outras unidades. Nos dias 28 e 29 de março, os demais Institutos e Faculdades realizaram as votações que, no total, deram ao candidato Arthur 80% dos votos dos três segmentos.

Dez unidades — Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), Faculdade de Ciências e Letras (FCL) e Administração Geral do campus de Araraquara; Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do campus de Assis; Faculdade de Medicina (FM) do campus de Botucatu; Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS) do campus de Franca; Faculdade de Engenharia (FE) do campus de Ilha Solteira; Faculdade de Filosofia e Ciências (FC) do campus de Marília; Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) do campus de Presidente Prudente; Instituto de Artes (IA) do campus de São Paulo, englobando



Os professores Arthur, Ruy e Espada foram os três integrantes da lista tríplice



O Colégio Eleitoral se reuniu, homologando o resultado da consulta à comunidade

Instituto de Física Teórica (IFT) e Reitoria; e Faculdade de Odontologia (FO) do campus de São José dos Campos — realizaram eleições paritárias. As demais, deram um peso maior para o voto dos docentes, com proporções variando entre 2, 1, 1; 4, 2, 1; ou 51%, 25% e 24% para professores, alunos e servidores, respectivamente. Somente na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) do campus de Botucatu, a congregação não definiu a ponderação dos votos, solicitando apenas que os resultados das três consultas fossem encaminhados a ela para que elaborasse a lista.

Os servidores foram os que participaram

mais ativamente no processo de escolha, com 70% de índice de presença às urnas, sendo seguidos pelos docentes, com 65%, e o seguimento discente, com apenas 20% comparecendo à votação. A razão dessa baixa porcentagem deve-se à decisão do DCE, de que cada Diretório local resolvesse sobre a participação na consulta. Havia, por parte do DCE, a orientação para que o comparecimento às urnas se desse apenas nas unidades que definiram pela paridade; no entanto, o voto deveria ser deixado em branco ou anulado.

Ao final do processo eleitoral, três tipos de listas elaboradas pelas congregações foram encaminhadas à Secretaria Geral, no dia 31

de março, para a computação total dos votos. Uma delas, a da FMVZ, trazia apenas o nome do professor Arthur. A da FO Araçatuba continha o nome do professor Ruy em primeiro, seguido do de Arthur e as demais unidades apresentaram listas contendo o nome do professor Arthur em primeiro e de Ruy em segundo.

COLÉGIO ELEITORAL

Esses resultados foram encaminhados ao Colégio Eleitoral — formado pelo Conselho Universitário e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária — reunido no dia 6 de abril, com a responsabilidade de elaborar a lista tríplice final a ser enviada ao governador. Em sessão aberta pelo reitor Paulo Milton Barbosa Landim, foi formada a Comissão Eleitoral, presidida pelo professor Telmo Correia Arrais, e composta pelo representante docente Alfredo Ancântara Barreto, pelo técnico-administrativo Gessé Gerardi, além do secretário geral Ademar Freire-Maia. Novamente, assim como na escolha do reitor, os alunos informaram que não iriam participar, em repúdio ao processo adotado para a escolha do vice-reitor, em detrimento ao voto unitário e à eleição direta, sem a indicação do governador, que eram as metas desse segmento.

A lista tríplice foi elaborada em três etapas de votação. Na primeira, quando cada um dos 69 presentes — de um total possível de 86 — poderia indicar três nomes, o professor Arthur conseguiu 67 indicações, superando a maioria exigida de 44. No segundo escrutínio, os setenta votantes poderiam fazer duas indicações, para o preenchimento das demais vagas restantes na lista. Nessa etapa, porém, apesar de o professor Ruy ter sido o mais votado, com quarenta indicações, ele não obteve a maioria necessária e uma nova votação foi realizada.

Nesse terceiro escrutínio, quando a maioria de 44 indicações já não se fazia necessária, o professor Ruy obteve 39 indicações, seguido pelo professor Antônio Espada Filho, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, com 25, completando assim a lista enviada no mesmo dia ao governador Orestes Quércia.

Denise Pellegrini Montes

C.O. vota quatro questões omissas no Estatuto

Em reunião realizada no último dia 16 de março, o Conselho Universitário (C.O.) colocou em votação as propostas para que fossem resolvidos os casos omissos na implantação do novo Estatuto, conforme o artigo 9º das Disposições Transitórias.

Na ocasião, foram votadas quatro questões formuladas pelas Unidades Universitárias e por alguns setores da Reitoria. Uma dessas questões diz respeito à duração dos mandatos do diretor e do vice-diretor e a chefia e vice-chefia de Departamento — de acordo com o Estatuto vigente, estes mandatos deverão ser, respectivamente, de quatro e dois anos e, necessariamente, coincidentes. Foi decidido que, se preciso, os mandatos de diretores e chefes, entretanto, não serão reduzidos na hipótese da escolha do vice ter ocorrido antes. Nesse caso, o ajustamento necessário à coincidência somente ocorrerá no final do mandato do diretor ou do chefe, ocasião em que serão realizadas eleições simultâneas dos titulares das duas funções e de seus vices. Se o final do mandato do vice-diretor ocorrer num período intermediário, a função será exercida por docente indicado nos termos do parágrafo 3º do artigo 46, ou seja, escolhido pela Congregação. A vice-chefia ficará a cargo de docente indicado pelo Conselho de Departamento.

Outra questão colocada em votação na reunião do C.O. foi quanto à substituição do diretor, no caso do impedimento concomi-

tante do titular e de seu vice, já que ainda não foi instalada a nova Congregação. Neste caso, de acordo com deliberação do C.O., a direção será exercida por docente indicado pela atual Congregação. Contudo, tão logo seja instalada a Congregação nos termos do atual Estatuto, os nomes anteriormente indicados deverão ser ratificados ou alterados.

Outro caso omissivo do Estatuto que gerou dúvidas na comunidade universitária foi o término de mandatos de representantes, já que os atuais colegiados, tanto em nível central, como em nível de Unidades, não foram estruturados nos termos do Estatuto ora em vigor. Tendo em vista que, no prazo máximo de 180 dias, contados a partir da publicação do Estatuto, deverão ser instalados todos os colegiados, serão prorrogados, até a instalação do colegiado respectivo, os mandatos dos representantes docentes e do corpo técnico administrativo que sejam extintos antes desse prazo. Por outro lado, ficarão automaticamente extintos, quando da implantação do novo colegiado, os mandatos dos representantes, independentemente da data de sua eleição.

Representantes eventualmente eleitos na vigência do novo Estatuto, para colegiados ainda constituídos nos termos do Estatuto anterior, também terão seus mandatos extintos com a instalação dos novos colegiados.

Em relação à representação discente, o órgão ligado a esse segmento poderá, até a instalação do colegiado na forma do novo Estatuto, escolher entre a prorrogação de manda-

tos ou a indicação de novos representantes. Neste caso, da mesma forma, os mandatos se extinguirão ao implantar-se o novo colegiado.

O C.O. decidiu ainda que, tendo em vista a possibilidade de redução dos mandatos de representantes, não se aplicarão aos atuais representantes de categorias, eventuais restrições relativas ao exercício de novo mandato, como representante em órgão colegiado, não

será considerado o tempo correspondente a mandatos anteriores.

Finalmente, a quarta questão resolvida pelo C.O. referiu-se às normas quanto à escolha de chefe e vice-chefe de Departamento. Como essas normas fazem parte do regulamento dos Departamentos, enquanto ele não for elaborado, a escolha dos ocupantes desses cargos deverão ser decididas pelo Conselho do Departamento, passando pela aprovação da Congregação.

Unidades têm novos nomes

O novo Estatuto prevê algumas alterações dentro da Universidade que passaram a vigor imediatamente após a publicação do texto, no último dia 21 de fevereiro. É o caso da mudança dos nomes de cinco unidades universitárias descritas no quadro abaixo:

CAMPUS	UNIDADES	
	Nome Anterior	Nome atual
Araraquara	Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação (ILCSE)	Faculdade de Ciências e Letras (FCL)
Assis	Instituto de Letras, História e Psicologia (ILHP)	Faculdade de Ciências e Letras (FCL)
Marília	Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação (FEFCSD)	Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC)
Presidente Prudente	Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais (IPEA)	Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)
São Paulo	Instituto de Artes do Planalto (IAP)	Instituto de Artes (IA)

No IPEMet, a ciência da meteorologia

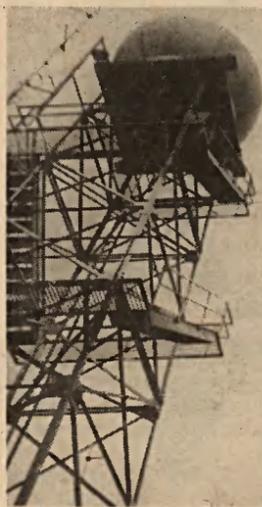
Pesquisas pioneiras e serviços de inestimável valor a todo o Estado. Assim é o IPEMet da UNESP

Desde os tempos mais remotos, os fenômenos da natureza são motivo de preocupação para o homem. E vão continuar sendo, pois a resposta correta à corriqueira pergunta "será que vai chover?", além de determinante quando se quer planejar algum tipo de atividade social ou econômica demonstra o quanto a previsão do tempo é importante na vida das pessoas. Por isso, hoje, com a modernização tecnológica, a meteorologia tem desempenhado um papel cada vez mais decisivo para se chegar ao conhecimento das diversidades do tempo. E é exatamente dominar e aprofundar esse conhecimento a principal preocupação do Instituto de Pesquisas Meteorológicas da UNESP.

Localizado no campus de Bauru, o IPEMet foi instalado há 15 anos pela Fundação Educacional do município, que objetivava a criação de um novo pólo de pesquisa, preferencialmente numa área pouco desenvolvida no Estado de São Paulo. Assim, o surgimento do Instituto contou com o apoio de várias entidades, mesmo porque um bom serviço de meteorologia tem um grande significado sócio-econômico. "As atividades realizadas em meteorologia contêm uma alta relação custo/benefício, ou seja, para cada unidade monetária que se investe na área existe um retorno de várias unidades", explica o diretor do IPEMet, professor Roberto Calheiros. Estimativas para um Estado nas condições de São Paulo, por exemplo, apontam que a operação de um serviço ideal de previsão do tempo custaria 3 milhões de dólares anuais, e traria um retorno de 100 milhões de dólares no mesmo período. "Isso demonstra porque muitos países desenvolvidos investem quantias cada vez maiores em meteorologia", observa Calheiros.

RADAR METEOROLÓGICO

Devido ao pioneirismo do projeto elaborado pelo IPEMet, no começo dos anos 70, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) decidiu fomentar a meteorologia no Estado, implantando um programa batizado de "Radar em São Paulo" — RADASP. Para isso, primeira-

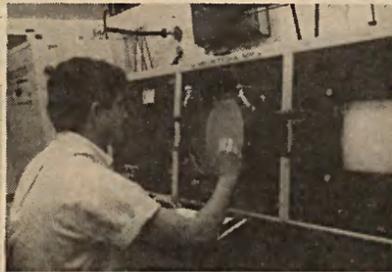


mente, a FAPESP patrocinou a vinda ao Brasil de um cientista do Departamento de Meteorologia da Universidade de Wisconsin, James Weinman, para que fosse avaliado junto aos pesquisadores nacionais os objetivos do IPEMet e elaboradas as propostas para a criação, de fato, de um Instituto de Pesquisas. Foi então, em 1974, que o IPEMet pôde ter instalado em Bauru, centro geográfico do Estado, um radar meteorológico, de origem norte-americana, com um raio de alcance de 400 km.

Por outro lado, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), em 1978, bancou a construção do prédio principal (o IPEMet conta com uma área de 800 m²), que hoje abriga o radar meteorológico, e também proveu recursos para a compra de computadores que permitem a digitalização dos sinais do radar. "Os trabalhos passaram a ser documentados com maior precisão, o que significou um salto considerável para as nossas pesquisas", afirma Calheiros.

RADASP II

Em 1982, o IPEMet elaborou um outro projeto — O RADASP II — visando um



O radar (foto acima) coleta os dados que, posteriormente, são analisados e registrados em fitas de computador: o primeiro banco de dados meteorológicos do país



maior conhecimento dos sistemas meteorológicos que atuam sobre o Estado de São Paulo e áreas adjacentes para contribuir com a melhoria das previsões de tempo. O projeto, aprovado pela FAPESP, é caracterizado como interinstitucional, pois conta com a participação da USP e do Departamento de Águas e Energia Elétrica, entre outras entidades. Do RADASP II constam uma rede de radares no Estado — além daquele que opera atualmente no IPEMet existe um outro instalado na barragem de Ponte Nova (60 Km de São Paulo) e está previsto para completar a rede outro radar no Oeste do Estado. Todos os sinais captados pela rede são centralizados no computador do IPEMet, um VAX 11/780. Também é meta do RADASP II a integração entre as informações obtidas por esses radares e por aquelas captadas por satélites.

O IPEMet mantém um convênio com o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), que possui um sistema completo de recepção de dados transmitidos por satélites, para complementar as informações do radar. Segundo o professor Calheiros, a integração dos dados de satélites e radar é muito importante,

"pois o primeiro nos fornece uma visão muito maior e qualitativa e o radar nos traz sinais mais localizados e quantitativos".

PESQUISAS EM TRÊS ÁREAS

Um fator que dá ao IPEMet uma importância imensurável é a multi ou mesmo a interdisciplinariedade que envolve a meteorologia. Segundo Roberto Calheiros, a meteorologia comporta investigações em áreas como mecânica, termodinâmica, informática, física, chegando mesmo às ciências biológicas no que se refere às reações orgânicas ou psicológicas do homem face às condições climáticas. O diretor lembra que no IPEMet já estiveram psicólogos fazendo um trabalho em meteorologia, uma área que estuda o conforto térmico. Os psicólogos se utilizavam de dados meteorológicos (variações de tempo) correlacionando-os com as condições de trabalho na indústria.

No Instituto trabalha hoje um grupo de sete pesquisadores, nove meteorologistas, quatro engenheiros, cinco técnicos, seis operadores de radar e dez especialistas da área de informática, dedicados à pesquisa e operação. As pesquisas são divididas em três linhas: quantificação de chuvas com o radar, integração radar-satélite e a previsão de tempo. Esta última enfoca especialmente dois tipos de previsão. A "imediate", que projeta o que deverá ocorrer num período de antecedência de até seis horas, preferencialmente duas horas, e a de "muito curto prazo", ou seja, com seis, doze ou até dezoito horas de antecedência.

Roberto Calheiros conta que "a grande maioria dos trabalhos de meteorologia envolvendo radar que estão disponíveis na literatura técnica nacional é produzida no Instituto". Ao longo dos anos, inclusive, o IPEMet vem colecionando algumas exclusividades científicas: todas as técnicas de manipulação de dados do radar hoje utilizadas no Instituto foram desenvolvidas por seus próprios pesquisadores. E mais: o Programa do Clima Mundial, da Organização das Nações Unidas, que tem um trabalho sobre calibração de satélites para quantificar chuvas, selecionou o IPEMet como um dos locais que pode prover dados para aquela calibração.

Adriana Machado

Faça chuva ou faça sol, o Instituto não pára

Durante todo o ano, 24 horas por dia, o Instituto de Pesquisas Meteorológicas (IPEMet), do campus de Bauru, da UNESP, presta serviços de previsão de tempo, beneficiando assim diversos tipos de usuários: construção civil, indústria, defesa civil, transportes, agricultura, recursos hídricos (geração hidrelétrica de energia e previsão de enchentes) e a imprensa em geral, como a Rádio e Televisão Cultura de São Paulo.

A cada meia hora o IPEMet coleta dados do radar meteorológico, em cuja tela é mostrada a distribuição das chuvas no Estado. Além disso, é feito o registro das informações obtidas pelo radar em fitas de computador para pesquisas posteriores. O Instituto possui com isso um pioneiro banco de dados em meteorologia. "No caso da previsão de precipitações o trabalho de captação dos sinais é contínuo, pois o radar acoplado a um computador funciona automaticamente", explica o diretor do Instituto, Roberto Calheiros.

Como cada país tem seu próprio Instituto Nacional de Meteorologia, no Brasil o Instituto se localiza em Brasília e é de lá que as informações são disseminadas para oito distritos de meteorologia. O IPEMet recebe dados do Sétimo Distrito, em São Paulo. "Analisamos e atualizamos a previsão feita por esse distrito, que é de 24 horas."

O maior usuário dos serviços operacionais do IPEMet é a Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (COPERSUCAR). Através de um convênio com a COPERSUCAR, o IPEMet for-

nece boletins para mais de 40 usinas, três vezes ao dia, com informações sobre o estado do tempo e distribuição de chuvas.

Além disso, o Instituto dispõe de uma linha de telefone pela qual atende diversos interessados na previsão do tempo. "90% dos telefonemas efetuados ao IPEMet diariamen-

te são rejeitados por causa da linha permanecer ocupada", diz o pesquisador Mauricio de Agostinho Antônio. Segundo ele, "as ligações partem desde um pequeno agricultor até uma produtora de vídeo interessada em se certificar do tempo para suas gravações."

Como desde o início das suas atividades o

O dia mundial da meteorologia

O Instituto de Pesquisas Meteorológicas — IPEMet — de Bauru, foi co-promotor do evento que comemorou, em 21 de março último, na Estação Ciência (Rua Gualcurus, 1217 — São Paulo), o Dia Meteorológico Mundial. Os outros promotores foram o CNPq, ao qual se vincula a Estação Ciência, o 7º Distrito de Meteorologia do Instituto Nacional de Meteorologia — INEMET —, e a Sociedade Brasileira de Meteorologia.

Desde 1961 o Dia Meteorológico Mundial é celebrado para comemorar a entrada em vigor, em março de 1950, da Convenção que transformou a Organização Meteorológica Internacional em Organização Meteorológica Mundial — a atual OMM. Neste ano, o tema escolhido para



Roberto Calheiros

todos os países membros foi "A Meteorologia a Serviço da Aviação", que reuniu na mesma mesa o professor Crodowaldo Pavan, presidente do CNPq, Nelly Robles dos Reis Bacellar, coordenador da Estação Ciência, major Sancler Nunes Leal, do Serviço Regional de Proteção ao Voo, professor Oswaldo Massanani, chefe do Departamento de Meteorologia do Instituto Astronômico e Geofísico da USP, professor Sílvio de Oliveira, diretor do 7º Distrito do INEMET (órgão do Ministério da Agricultura) e João Manoel Correa Assunção, assistente de diretoria da Varig. Pelo IPEMet/UNESP, esteve presente o professor Roberto Calheiros, diretor do Núcleo Regional da Sociedade Brasileira de Meteorologia.

Na oportunidade, o IPEMet apresentou seu software sobre previsão do tempo a curto prazo, inédito no Brasil, que impressionou os presentes pelo grau de qualidade (movimentação, cor) e pela quantidade de informações apresentadas.

A família, sob a ótica dos sentimentos

Compreendendo os séculos XIX e XX, a pesquisa de Maria Ângela D'Incao investiga as relações afetivas da família brasileira

Conhecer-se o noivo ou a noiva no dia do casamento. Essa experiência, tão constante na sociedade antiga, parece hoje uma coisa inviável. Mesmo se vista como um costume passado, o fato, ainda assim, é inaceitável. Mas, na época, o acontecimento não era visto dessa maneira. Segundo a professora Maria Ângela D'Incao, do Departamento de Antropologia e Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências do campus de Marília, não podemos analisar fatos passados segundo uma ótica atual. Esse é um dos aspectos do trabalho de livre-docência de Ângela — "Família e sentimentos na literatura brasileira" — que acabou por originar o livro "Amor e Família", (veja box), a ser lançado neste semestre.

Com um período compreendido pelos séculos XIX e XX, a pesquisa da professora trata da família brasileira sob a perspectiva dos sentimentos; e não sob o aspecto quantitativo, como normalmente é abordada dentro da sociologia. E al é que reside a autenticidade do trabalho que Maria Ângela desenvolve há cinco anos, fundamentado em obras de ficção e em algum material histórico para a compreensão da realidade do período estudado.

"Toda a transformação das relações afetivas pode muito bem ser sentida pela evolução do casamento", relata Maria Ângela. A professora afirma que o casamento antigo era uma aliança econômica e política e, por isso, imposto a homens e mulheres. Nos idos do século XIX, o casamento prescendia de amor, já que ele não era uma das condições para que a união se realizasse.

Nos tempos em que vigorava a família patriarcal não havia namoro como conhecemos hoje em dia. Namorar, no século XIX era trocar olhares furtivos ou mesmo beliscões nas escuras ruas da cidade. "As pessoas se encontravam com os corpos, já que não havia a possibilidade de se conciliarem pelo amor. Se ficassem sozinhas, fatalmente haveria sexo", afirma a professora.

E é por isso que a menina que tinha seu futuro traçado por algum casamento conveniente para a família, era trancafiada a sete chaves. "Essa rigidez talvez fosse o único meio existente para a manutenção do sistema do casamento, já que para que ele ocorresse, era fundamental a virgindade", afirma Maria Ângela. Contudo, não era prática ou costume o namoro ou a "intermediação dos corpos", como diz a professora. Eles eram sempre mantidos separados. Por isso, quando não houvesse a proibição ou a vigilância, fatalmente os corpos se encontrariam, o que

ameaçava a realização do casamento e das alianças econômicas e políticas. Além disso, o casamento era uma condição fundamental para a Igreja católica, que praticamente excluía do convívio social, pelo menos nas classes mais abastadas, aqueles que apenas viviam juntos. "Com essas pessoas era mais fácil ocorrer a união por amor, já que pelo menos eles escolhiam seus pares", diz Maria Ângela.

Apesar de toda essa pressão social, o processo de vigilância sobre a mulher foi sofrendo uma mudança linear. "Esse cuidado passou a ser afrouxado porque cada um passou a se vigiar", explica. Segundo a professora, tudo isso deve ser visto juntamente com diversas mudanças ocorridas durante o século XIX no Brasil. A civilização e o capitalismo foram moldando o homem, que passou a ser moderno.

A civilização foi encaminhando os homens para que fossem todos iguais e agissem da mesma maneira. "Os homens não mais comem com as mãos, cospem no chão, soltam gases ou arrotam. Eles começaram a se punir e ganharam uma nova natureza: evoluíram para a condição de ser social", explica a socióloga. Para ela, o capitalismo chegou à sociedade e o homem passou a cultivar o individualismo. Ai começa a haver uma mudança de sensibilidade também para o amor e o sexo.



D'Incao: até hoje, casamentos induzidos

ROMANTISMO

A partir desse momento, o namoro passa a ser regido por uma série de regras previstas no amor romântico. Isso como parte de uma reestruturação geral da sociedade que leva os homens a se afastarem e a restringirem seus

As muitas maneiras de amar

O livro que a professora Maria Ângela D'Incao acaba de organizar surgiu como um apêndice de seu trabalho de pesquisa. Em outubro de 1986, durante o 10º Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — a professora organizou a sessão "Amor Romântico a Família Burguesa", com a participação de diversos colegas interessados no estudo da família na sociedade brasileira.

O livro é o resultado dessas discussões, com cada um dos capítulos tendo sido escrito por um dos participantes da sessão. Segundo Maria Ângela, uma característica importante do trabalho foi sua interdisciplinaridade: "Os autores convidados para compor esta coletânea são das áreas de antropologia, história, letras, sociologia e psicanálise", diz. Além disso, a professora explica que cada um desenvolveu sua pesquisa independentemente, atendendo-se a aspectos, regiões, objetivos e preocupações diferentes. A coletânea vem, assim, contribuir para o estudo da família no Brasil, apresentando, para isso, diversas áreas de investigação.

"Amor a Família" tem prefácio da Mariza Correa a apresentação da Maria Ângela D'Incao. É composto de oito capítulos ou artigos: "O crime do amor" de Fernando Torres Londoño; "Amor (e desamor): história do corpo feminino em São Paulo no século XVIII", de Mary Dal Priore; "Sobre o amor romântico a a família burguesa no Brasil", de Maria Ângela D'Incao; "Representações do amor e da família", de Miriam Moreira Leite a Márcia Ignez Massaine; "Amor e casamento no século XX", de Maria Helena Bueno Trigo; "Pais e Filhos na família popular no início do século: um outro tipo de amor", de Cláudia Fonseca; "Sobre o amor dos cônjuges: uma análise do discurso católico no século XX", de Iveta Ribeiro; a "Amor irrealizado" — comentário sobre o filme "Nunca fomos tão felizes", de Murilo Salles, por Luiz Meyer.

O livro está sendo editado pela Editora Contexto e o lançamento será realizado em meados do mês de junho, em data próxima ao dia dos namorados.

grupos de convivência. Não há mais o namoro de beliscões, piscadas e apertões. O momento é do amor espiritual, do estado de alma, tudo repleto de romantismo. Segundo a professora, isso pode ser perfeitamente exemplificado no romance "A Moreninha", de Joaquim Manoel de Macedo, escrito no final do século XIX.

Nesse romance, são descritos o amor antigo e o amor moderno. Enquanto no amor antigo podia-se trocar alguns beijos e até mesmo ganhar algumas empadas em troca, no amor moderno isso não é tão importante. Há, sim, uma valorização dos sentimentos e dos sonhos. Ama-se o amor. "As pessoas se apaixonam e passam a sofrer em silêncio, sem ação, a não ser por suspirar, pensar, escrever", diz. Esse é o amor conhecido como platônico ou à moderna.

A professora lembra que na literatura brasileira dessa época, passa a existir a idéia da escolha do cônjuge como um caminho para a felicidade. Em consequência dessa nova fase e da transformação da família, começa a surgir o amor materno, como conhecemos hoje, com a mãe dedicando-se aos filhos e estes sendo extremamente valorizados dentro da família. "Na sociedade antiga, a criança era livre e, a partir de meados do século XIX, quando começa a ocorrer a vida social privatizada, isso se transforma", diz. A família burguesa passa a ser tratada nos romances de Machado de Assis, por exemplo, com a mulher sendo santificada como mãe e o homem cumprindo seus deveres de sustentar a família.

CASAMENTO COM AMOR

Atualmente, segundo Maria Ângela, podemos dizer que estamos num período neo-romântico. A maior mudança presente em todo esse período com relação ao amor e ao casamento é que, agora, pode-se escolher com quem casar, sem levar em consideração os interesses econômicos e políticos. Mas será mesmo? "Ainda que com essa evolução, pesquisas mostram que a grande parte dos casamentos se realiza dentro de uma mesma classe social", diz Maria Ângela. As pessoas são induzidas a gostar daquilo que lhes é familiar, e obviamente indivíduos de um mesmo nível econômico têm gostos e costumes semelhantes.

Há ainda outros aspectos presentes nas relações sentimentais atuais: as pessoas, tanto homens como mulheres podem se realizar, ter outros relacionamentos, fora do casamento; há também o questionamento do casamento, o que acaba por torná-lo não tão duradouro como antes. Independente de toda essa evolução, Maria Ângela chama a atenção para um outro ponto revelado no seu trabalho: "Muitas pessoas dizem que se casam por amor, e hoje têm essa possibilidade, mas, na realidade, isso nem sempre acontece", finaliza.

Denise Pellegrini Montes

CEMIP, agora uma unidade auxiliar da UNESP

O Centro de Manejo Integrado de Pragas é a mais nova unidade auxiliar da UNESP. Vinculado à Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do campus de Jaboticabal, o CEMIP ganhou essa nova condição no dia 6 deste mês, por aprovação do Conselho Universitário.

Inaugurado em 1986, o Centro vem atuando junto a propriedades rurais de Jaboticabal e região no sentido de orientar produtores para que reduzam ao máximo o uso de agrotóxicos através da utilização de técnicas alternativas. O sistema de controle de pragas desenvolvido pelo CEMIP leva em consideração aspectos econômicos, toxicológicos e ecológicos, eliminando as pragas pela própria ação de seus inimigos naturais.

Esse tipo de trabalho já vem sendo desenvolvido desde 1979 pelo Departamento de Entomologia e Nematologia da FCAV que iniciou suas pesquisas visando o manejo integrado de pragas de algodão. Atualmente, o Centro atua junto a lavouras de algodão, citros, soja e feijão. "Além disso, estão sendo

desenvolvidas ainda pesquisas para sistemas de manejo de pragas para amendoins e tomates", informa o professor Santim Gravena, coordenador do CEMIP. Segundo o professor, as atividades do Centro cresceram muito nesses três anos de trabalho e, por isso, sua transformação em unidade auxiliar vem em bom tempo. "Atualmente, direta ou indiretamente, nosso trabalho atinge 60% do Estado de São Paulo", diz Gravena.

A assistência prestada pelo Centro inclui visitas a fazendas da região — num raio de 40 quilômetros —, treinamento de estagiários, alunos, técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos, além da realização de cursos de extensão universitária, palestras, conferências e reuniões técnicas. Os profissionais treinados investigam as pragas e inimigos naturais presentes nas plantações e orientam o produtor na utilização de técnicas alternativas de combate às pragas usando a menor quantidade possível de agrotóxicos.

O professor afirma que as propriedades de Jaboticabal hoje cadastradas junto ao centro



Pesquisa no CEMIP: controle de pragas

chegam a quarenta. Dessas, vinte são produtoras de laranja. Além disso, no restante do Estado, são mais cem propriedades que se utilizam dos sistemas de manejo integrado de

pragas de maneira indireta, através dos profissionais treinados pelo Centro.

O CEMIP, como uma unidade auxiliar, poderá dispor de seu próprio quadro de pessoal, além de uma administração independente, o que facilitará o trabalho e auxiliará em seu processo de expansão. Segundo o professor Gravena, uma filial do CEMIP está pronta a ser inaugurada na cidade de Itápolis. Mantida pela Prefeitura local e pela Fundecitros, a filial já dispõe de sede, veículo e técnicos para iniciar o trabalho junto às lavouras da região. "Nós entraremos somente com a orientação", explica.

Além dessa filial, há a proposta para a criação de uma outra, a ser instalada em Taquaritinga. "Nossas atividades estão se expandindo e, em função desse aumento de volume de trabalho, o apoio maior da UNESP estava se fazendo necessário", diz. "E, esse apoio, vem se concretizar agora, com o CEMIP se tornando uma unidade auxiliar, o que nos dará uma maior liberdade para crescer", conclui Gravena.

Qual a importância e as possibilidades de uma Constituinte Estadual, sobretudo no que diz respeito aos serviços públicos, como a Educação?

Inicialmente, é preciso dizer que não entendemos a Constituição Estadual como cópia menor ou mera adaptação da Federal. Existem as competências privativas da União, mas há também as competências concorrentes e as remanescentes, aquelas que se prendem ao âmbito estadual mesmo. Há portanto aí um espaço para ousar novas iniciativas, partindo do princípio de que aquilo que a Constituição Federal não proíbe é permitido. Trata-se assim, em primeiro lugar, de fazer o Estado cumprir aquilo que é fundamental em termos de direitos e garantias, mas, em segundo lugar, de recolocar questões não contempladas ou mesmo rejeitadas anteriormente. E no nível estadual mais do que no federal, onde Brasília parecia uma ilha — a participação popular, das organizações da sociedade pode ser mais decisiva. Inclusive no sentido de ampliar a democracia na gestão do poder público, da transparência administrativa etc.

Mas há limitações regimentais a essa participação.

Sim, o regimento interno da Assembléia Estadual parece tender a dar poderes imensos à Comissão de Sistematização, para "interpretar", vetar, mudar textos. O regimento é também presidencialista: o presidente da Assembléia tem muito poder. Nós seríamos mais favoráveis a uma participação mais ampla do plenário e das comissões temáticas. Propomos inclusive um mínimo de cinco audiências públicas e a "tribuna livre" para que entidades e associações possam expor e defender seus projetos.

A Constituição Federal adianta algumas disposições relativas ao ensino e à aplicação de verbos: "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino." (art. 212). "Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o artigo 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental." (Art. 60 das "Disposições transitórias")

Com relação à redistribuição de recursos e sua aplicação, em primeiro lugar o que parece acontecer é um aumento das rendas aplicadas pelos Estados, mais do que pelos municípios (pelo menos a maioria desses). Esses artigos que você menciona "sinalizam" para uma prioridade do ensino básico. De certo modo podemos dizer que com esses artigos os analfabetos estão saindo da clandestinidade... O problema é efetivar essa promessa. A dúvida cresce quando verificamos a distância entre a Constituição e a cabeça dos executivos do Estado. O ex-ministro da Educação, Hugo Napoleão, pouco depois de publicada a Carta, afirmou: "Nossa prioridade é o terceiro grau". Mesmo sem entrar no mérito dessa opinião, ela contraria aquilo que dispõe a lei maior do país. É claro que as instituições de terceiro grau (privadas e públicas), pela maior capacidade de pressão, parecem ter levado, habitualmente, a fatia maior dos recursos. Por outro lado, também não é líquido e certo que se tenha aplicado os tais 18% até hoje. Estamos trabalhando aliás com a perspectiva de ampliar esses 18% para 33%. É preciso encontrar uma forma

ENTREVISTA

Deputado IVAN VALENTE

Deve haver ousadia na Constituinte Estadual

Formado em matemática e engenharia, o professor e deputado estadual Ivan Valente, do Partido dos Trabalhadores, preside a Comissão Especial de Inquérito sobre o ensino de primeiro, segundo e terceiro graus e é membro da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa paulista. Na sua opi-

nião, a Constituinte Estadual não deve limitar seu trabalho à mera adaptação, em ponto reduzido, da Carta Magna do país. "Trata-se — segundo Ivan Valente — de ousar novas iniciativas, partindo do princípio de que aquilo que a Constituição Federal não proíbe é permitido".



de considerar a prioridade do primeiro grau mas evitando o sucateamento dos outros níveis.

Na verdade, há "gastos da educação" que incluem prestação de serviços assistenciais diversos, de saúde, nutrição, transporte etc. — serviços anexados ao sistema escolar mas não diretamente vinculados ao ensino em sentido estrito...

É verdade. Eu mesmo lectionei em escolas públicas, na periferia de São Paulo, durante vários anos, e tenho consciência de que a escola se descharacterizou enquanto tal. Além de tratamento dentário, e de saúde em geral, tem a alimentação: mesmo considerando a má qualidade da merenda, boa parte das crianças da periferia vai à escola para comer. E isso certamente não ocorre somente na periferia da capital. Vale para grande parte do interior também. Não se trata de eliminar esses serviços, pura e simplesmente. Mas é preciso tornar mais clara a aplicação de verbas na educação em sentido estrito, construção e manutenção de prédios e equipamentos, salários de professores etc. A rigor, há o parágrafo 4, do artigo 212, da Constituição Federal que diz: "Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários".

Muitos desses serviços tendem também a uma crescente municipalização. Há modos de tornar menos problemáticos os efeitos colaterais "clientelísticos" e localistas talvez ocorrentes?

Sim, e aqui há alguns problemas a resolver. O meu partido é muito sensível ao tema da participação popular, da descentralização de decisões, de levar em conta e absorver as demandas da realidade local etc. Mas também percebemos outros fatores. Não há uma tradição descentralizadora na educação, diferentemente, talvez, daquilo que ocorre com a saúde. E hoje, para muitos dos municípios brasileiros, mais do que uma conquista e um "direito" essa transferência talvez venha a ser um encargo impossível de ser cumprido. Poderíamos até mesmo ter um retrocesso naquilo que é básico, na pré-escola, primeiro grau e educação de adultos. A questão da municipalização não nos parece algo que deva ser tomada como uma questão de princípio. Devemos avaliar a organização da sociedade, a democratização das instituições. É algo difícil de avaliar, mas com o clientelismo e o fisiologismo

marcando a vida política do país, é difícil deixar de temer o rebaixamento do nível de ensino, a submissão a "projetos pedagógicos" atadas e à manipulação política. Há também outro risco a ser avaliado. É que se as escolas — e os municípios — tenderem a não dar conta das novas responsabilidades, talvez o caminho mais "fácil" e tentador seja a privatização. Por exemplo, no Rio de Janeiro o atual governo do Estado assimilou — isto é, pagou — 55 mil vagas no ensino privado. Numa conjuntura em que o movimento docente luta durante meses por uma situação salarial mais digna — há professores recebendo 124 cruzados por meio período de aula! — e se observa uma deterioração do sistema público de ensino em termos gerais. Em suma, é preciso ver em que medida não se vai contribuir para algo muito preocupante, que é o sucateamento de serviços públicos e o apelo à panacéia da privatização. Este vai ser aliás um tema político-ideológico de fundo nos próximos processos eleitorais...

Você se refere ao elogio neoliberal da privatização?

Exatamente, o discurso neoliberal quanto à desestatização. O sucateamento de serviços públicos, na área da saúde e educação, já está até avançado. Pregar a municipalização e a descentralização, sem recolocar o tema de avançar na democratização das instituições e do controle popular — isso pode confundir as coisas e ajudar nesse caminho de facilitar a privatização.

Coloca-se aí o tema da "gestão democrática", mencionada na Constituição Federal, e constantemente contraposta, pelo discurso autoritário, à "qualidade de ensino" também defendida na mesma Carta. Será possível propor, no nível estadual, a superação dessa dificuldade?

A esse respeito há pelo menos dois problemas básicos a resolver: a eleição dos órgãos diretivos e a forma de participação popular nos órgãos colegiados. O meu partido está formulando e propondo uma diretriz com o seguinte teor: a organização democrática do ensino seria garantida através de eleições diretas para as funções de direção nas instituições de 1º, 2º e 3º graus, com a participação de todos os segmentos de sua comunidade escolar, esgotando-se o processo na escolha do diretor da instituição. Para o caso da universidade, trata-se, sobretudo, da eleição do rei-

tor, com a comunidade de estudantes, funcionários e professores como membros de seus órgãos colegiados. É claro que isto precisa ser detalhado e concretizado, estabelecendo as composições etc.

Há também a polêmica sobre a "avaliação" de desempenho...

Sim, trata-se de questão polêmica e aliás mal colocada pela imprensa em momentos anteriores. Nós pensamos em formular algo assim: "A avaliação do trabalho e desempenho das universidades estaduais públicas será feita por um conselho comunitário" — este é o nome sugerido, mas ainda não temos formuladas todas as suas implicações. Este conselho teria um caráter consultivo com participação da sociedade civil, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, das sociedades científicas, associações artísticas e profissionais, partidos políticos com assento na Assembléia, entidades de classe etc. O conselho emitiria parecer público e poderia formular propostas às universidades, em caráter consultivo. A gestão democrática não se choca, a nosso ver, com a autonomia, já que esta não pode prescindir também de uma prestação de contas, não no sentido da cobrança mesquinha ou da forma como foi feita pela campanha da imprensa. A prestação de contas tem a ver com a qualidade, evidentemente. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão tem a ver com a melhoria e manutenção da qualidade. E o padrão tem que dispor de condições reais de trabalho. Qualidade de ensino e extensão de serviços à comunidade são indissociáveis da pesquisa permanente. Isso exige algumas condições. Para dar um exemplo: impossível pensar em padrão de qualidade com professor horista submetido a uma jornada de sala de aula estafante... É claro que a Universidade tem interesse no reconhecimento de seu trabalho, portanto, na prestação de contas e na avaliação. Mas qualidade significa também preparo de aula, pesquisa, reciclagem de profissionais...

Mas com as tentativas de "gestão democrática" não haveria o risco de ineficiência ou desagração do sistema escolar?

Temos pela frente um aprendizado democrático, o que significa investir para que o povo organizado participe, erre, aprenda, acerte, reaprenda. Na maior parte das vezes as propostas demo-

cráticas são rotuladas com a pecha do democratismo. Mas na atual conjuntura brasileira, tenho insistido no seguinte: temos que "pecar" pela democratização e até eventualmente arriscar de cair no democratismo. Mas isso faz parte do nosso aprendizado democrático, aprendizado que, por outro lado, será impossível se não ousarmos algo nessa direção. Não estamos imunes a erros democratistas e até uma certa perda ocasional de eficiência, dependendo do ângulo que se veja a coisa e se defina a eficiência. Mas, tomando cuidados para evitar esses problemas, esse é um risco melhor do que apostar na possibilidade de uma elite sempre pensar, escolher e decidir tudo, com a comunidade não participando.

Há também um pressuposto — não muito comprovado empiricamente — de que essas elites tenham sido "ilustradas"...

É. E veja que isso faz parte até da história da nossa esquerda — e eu me considero um homem de esquerda, mas temos também essa tradição entre nós.

Como se coloca a questão da autonomia universitária, sobretudo depois das últimas medidas relativas às Universidades Estaduais?

Com relação à autonomia, reconheço não ter uma formação maior, uma visão mais "de dentro" da Universidade. Mas acho que essa autonomia tende a ser "construída" e não decretada. Até porque, em termos de decretos, leis e princípios, muitos dos aspectos da autonomia já existiam ou existiram. Mas ela está vinculada a uma outra realidade, a democratização da vida social, em termos mais amplos. Ela depende de uma capacidade de organização e consciência, na sociedade. Tomemos por exemplo o lado administrativo e financeiro da autonomia. Temos, por um lado, o poder executivo onipresente e onipotente e, de outro, uma tradição de gestão da coisa pública como se fosse negócio privado. Se tudo isso não existisse, poderíamos abrir mão de determinar uma alíquota. Aqui em São Paulo, por exemplo, foram fixados os 8,4% e vamos tentar votar, na Constituinte, 11%. Bem, hoje existem as três universidades, mas se você pensar em ampliação, incorporação, abertura de novas escolas etc., como é que fica? Por outro lado, se não garantimos esse mínimo percentual, do jeito como as "necessidades de governo" costumam ser definidas, corremos o risco de não ter nem esse mínimo. Veja que não se trata de uma questão de princípio que se defina apenas nesse artigo da Constituição um percentual, mas depende da existência de um estado democrático mais consolidado no sentido amplo. Vamos defender esses 11% até como atitude de autodefesa, contra a gestão dos negócios públicos como se fossem privados.

Existe ainda uma pressão privatista para aplicar esses recursos públicos em instituições privadas de ensino e pesquisa. Há até mesmo o caso das isenções tributárias concedidas a empresas que apliquem em "treinamento" etc.

Sim, essas brechas são numerosas. Há inclusive a manobra de transformar uma instituição privada em "utilidade pública", frequentemente um modo de isentar impostos e concretamente transferir recursos públicos e ainda fazer o beneficiário aparecer como benemérito... Quando eu presidia a chamada "CEI das mensalidades" verificamos que a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, logo após a promulgação da Constituição Federal, entrou com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Ela queria impedir que os Conselhos de Educação (federal e estaduais) determinassem as mensalidades. O argumento dos empresários era baseado no artigo 209, onde se diz que "o

ensino é livre à iniciativa privada", e nos artigos 173 e 174, a respeito da não intervenção do Estado. Em suma, defendia a lei do mercado, definia a educação como um negócio, livre como outro qualquer. Mas quando se trata de receber benefícios, isenções tributárias, aí o ensino privado é atividade nobre, benemérita, de utilidade pública, "especial", enfim.

Aliás, na década de 70 acentuou-se a privatização do ensino (não apenas, mas sobretudo, o de terceiro grau). Quais os problemas daí decorrentes e em que medida poderia a Constituição estadual equacioná-los?

A Constituição federal afirma o princípio: "pluralismo de idéias e concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino". Ora, nós entendemos que princípio é o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas — mas a segunda parte da frase, a coexistência de ensino público e privado não é princípio que defendemos. E pretendemos colocar isso em discussão na Constituinte estadual, assim como a gestão democrática do ensino não apenas no setor público, como está na federal. Também vamos recolocar em discussão a proposta — derrotada no plano federal — de impedir a concessão de verbas públicas para instituições de ensino e pesquisa privadas.

Mas isso não é polêmico também no interior do seu partido?

Sim, há opiniões diferentes. Mas o Diretório Nacional votou essa questão e aí venceu a proposta do ensino público e gratuito, sem abrir exceções. Há inclusive entre nós parlamentares que vieram da universidade e da campanha pela escola pública como o professor Florestan Fernandes — que tem posições e militância muito conhecidas nesse rumo. Pensamos mesmo que a legislação estabeleça algumas condições para autorizar o funcionamento de escolas privadas: estabilidade no emprego para professores e funcionários, piso salarial profissional, carreira docente e técnico-funcional, gestão democrática, liberdade de organização sindical e dos estudantes, aplicação de excedentes orçamentários prioritariamente da capacitação de docentes e funcionários, avaliação da qualidade de ensino etc. Tendemos a ver a iniciativa privada no ensino como concessão do poder público, com as consequências decorrentes dessa condição.

Há uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — isto é, de âmbito federal. Haverá uma "Lei de Diretrizes e Bases" da educação no plano estadual?

Com relação à Lei de Diretrizes e Bases, é lei complementar e vai começar a ser feita agora, no plano federal. No nível estadual, em contrapartida, o que precisamos talvez seja não exatamente uma LDB estadual, mas uma lei que organize o sistema de ensino.

Tudo isso será deslocado, então para leis complementares e ordinárias?

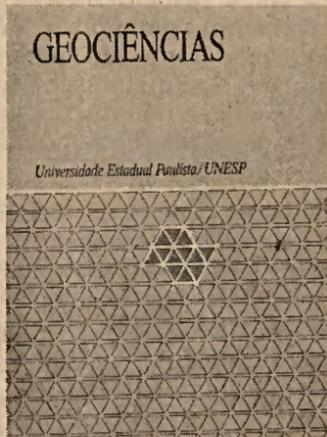
Não temos a obsessão de fazer uma Constituição curta, enxuta, como alguns exigem. Jogar sempre as questões decisivas para a lei ordinária, que estará menos sob o olhar da sociedade mobilizada, é um tipo de manobra conhecida. Não pretendemos jogar toda a legislação ordinária para dentro da Constituição, mas não devemos ceder a essa manobra. E aí, no nível estadual, como eu já disse, mais ainda do que no federal, será decisiva a participação das associações docentes e profissionais, dos setores organizados da sociedade. É das sugestões e da pressão desses setores que pode resultar algo mais avançado, inclusive deslocando deputados para posições mais arrojadas.

Geociências, volume 7

Acaba de ser lançada pela Diretoria de Publicações da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUN-DUNESP) a Revista de Geociências referente a 1988. Este número, volume 7, reúne trabalhos inéditos apresentados durante os I e II Simpósios de Quantificação em Geociências realizados, respectivamente, em 1985 e 1986, no Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) do campus da Unesp, em Rio Claro.

"Geociências" (339 páginas, NCz\$10,00) conta com a participação de pesquisadores interessados no uso e desenvolvimento da geometria e da quantificação em geografia, do IGCE e de outras Universidades e institutos de pesquisa do país.

Seguindo o padrão das outras revistas científicas publicadas pela FUN-DUNESP, os artigos de "Geociências" vêm acompanhados



por um resumo do trabalho, gráficos e tabelas. No final, as referências bibliográficas utilizadas pelo autor.

Os interessados em publicar artigos na revista devem enviar correspondência para GEOCIÊNCIAS-Instituto de Geociências e Ciências Exatas — Rua Dez, 2.527 — Cep 13500 — Rio Claro — SP.

Textos Medievais Portugueses

O Centro de Estudos Portugueses "Jorge de Sena", da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) - campus de Araraquara, acaba de publicar a segunda e última parte do "livro de Alveitaria de Mestre Giraldo", mais um volume da série "Textos Medievais Portugueses". O autor, que era um físico português, escreveu os livros em 1318 a pedido do rei Dom Diniz, na cidade de Lisboa.

Essa série é um amplo projeto de pesquisas de docentes ligados ao "Jorge de Sena" destinado ao estudo lingüístico-literário e divulgação de textos de autores portugueses da Idade Média que ainda não tiveram edições isoladas de suas obras. O primeiro livro tratou da reprodução equina, tipos de amarras de freios, dieta alimentar dos solípedes, lições de doma e adestramento.

Neste segundo volume, composto de 61 capítulos, o



autor descreve as doenças a que o equino está sujeito, apontando o tratamento adequado para elas através de um pequeno receituário.

"Livro de Alveitaria de Mestre Giraldo" tem apresentação, introdução e notas explicativas dos professores Cacilda de Oliveira Camargo, do Departamento de Lingüística, e Carlos Alberto Iannone e Jorge Cury, do Departamento de Literatura da FCL.

Coletânea: do marxismo à malandragem

Linguagem, Conhecimento e Ideologia (vários autores; org. Marcelo Dascal; Ed. Perspectiva) é uma coletânea de estudos cujos temas afinam com a especialidade de cada autor. Nela, Gérard Lebrun escreve sobre "A noção de semelhança de Descartes e Leibovitz"; Antonio Candido,

sobre a "Dialética da malandragem"; Bento Prado Jr., "A força da linguagem"; Ruy Fausto, "Dialética marxista: historicismo e anti-historicismo".

Outros autores que colaboram neste livro: Roberto Schwarz, Michel Lebrun e Marcelo Dascal.

Editora UNESP cresce e faz planos

Prestes a completar dois anos, a Editora UNESP consolida suas coleções e investe na distribuição

Ao completar dois anos de existência, em agosto próximo, a Editora UNESP encerra também o que seu diretor de publicações, Marco Aurélio Nogueira, chama de "fase de instalação", período em que foram definidos seus objetivos primordiais e sua política editorial.

Como explica Marco Aurélio, foi a partir de 1985, no início da gestão do professor Jorge Nagle como reitor, que se tornou mais claro e nítido o perfil ideal para a editora: ela deveria atender não apenas a demanda dos professores, mas servir também de instrumento de dinamização da Universidade e, inclusive, impor-se no mercado com maior agressividade comercial. E foi com base nestas linhas gerais que começaram a ser escolhidos os títulos para publicação, sempre priorizando obras científicas e clássicas, de valor inquestionável, cujo exemplo mais recente é "Questões de Literatura e de Estética — A Teoria do Romance", de Mikhail Bakhtin.

Outra orientação seguida pela Editora UNESP é publicar, preferencialmente, obras que reúnam vários pensadores, pesquisas interdepartamentais ou seminários, em detrimento a trabalhos individuais. Exemplos dessa filosofia editorial são os livros "O Saber Militante — Ensaio Sobre Florestan Fernandes", coletânea organizada por Maria Ângela D'Incao a partir de um simpósio realizado pela UNESP em Marília, e "A Virada do Século", que Ana Carboncini organizou a partir de textos de renomados artistas e intelectuais brasileiros. "Estes livros resumem com perfeição as nossas intenções", diz Marco Aurélio. "Ao mesmo tempo em que atendem a uma política editorial que privilegia obras coletivas de pensadores brasileiros, conferem prestígio à Universidade e estão sendo um sucesso também em ter-



Marco Aurélio: atenção especial às coletâneas

mos de vendas".

Outra obra que, de acordo com o diretor, apresenta com fidelidade esta postura editorial, é "Sartre no Brasil — A Conferência de Araraquara", um texto mundialmente inédito e que, dos 6 mil exemplares lançados, já vendeu perto de 5 mil. "Se eu tivesse que escolher uma obra entre as tantas que editamos até agora, a minha 'menina dos olhos', acho que seria este livro do Sartre", ele diz. "Foi uma edição muito feliz, com texto bilingüe e tradução e apresentação competentes do Luiz Salinas Fortes".

No total, Marco Aurélio aponta três linhas editoriais que julga totalmente consolidadas dentro da Editora UNESP: "Os clássicos, as publicações que colaboram para a melhor compreensão da realidade brasileira e, finalmente, os trabalhos que divulgam a produção institucional da Universidade."

Além dos livros, a Editora UNESP se encarrega também da publicação de 18 revistas científicas, todas com periodicidade anual e tiragem média de 1.200 exemplares. "Acabar com o injustificável atraso em que estas revistas se encontravam quando nos foram entregues, foi uma questão de honra", lembra Marco Aurélio.

Paralelamente a estes critérios editoriais, a editora vem desenvolvendo também um acurado projeto gráfico, que a tem colocado em pé de igualdade com as outras editoras comerciais do país. "Com o trabalho que temos desenvolvido nas capas, nosso produto vai ter mais chances de disputar o mercado", afirma o diretor.

PRÓXIMOS PASSOS

Entre os próximos passos a serem percorridos pela editora, Marco Aurélio aponta como prioritários a distribuição e a instalação de uma rede de livrarias nos campus. "A distribuição é o nosso 'gargalo', o que tem prejudicado muito o escoamento da nossa produção. Com os pontos de venda que pretendemos instalar nos campus, em convênio com as livrarias das cidades, vamos solucionar este problema e atingir, de maneira mais eficaz, nosso público alvo. Assim, a UNESP vai poder prestar mais um serviço à comunidade", diz.

Funcionando junto à Fundação para o Desenvolvimento da UNESP-FUNDUNESP (Av. Rio Branco, 1210, em São Paulo), a editora conta com uma equipe fixa de 10 pessoas, assim distribuídas: quatro digitadores, três revisores, um diagramador e arte-fina-

lista e um gerente de produção, além do diretor. Para o trabalho de revisão e preparação de textos, são usados colaboradores.

Entre os próximos lançamentos, todos previstos para este ano, Marco Aurélio enfileira os seguintes:

- **O Engenho — Complexo Econômico-Social Cubano do Açúcar**, de Manuel Moreno Fraginals (Volumes 2 e 3), em co-edição com a Editora Hucitec.

- **Ensaio sobre Caio Prado Júnior** (título provisório). Coletânea em co-edição com a Editora Brasiliense, com lançamento previsto para julho.

- **Brasil: Desenvolvimento Ameaçado**. Transcrição das palestras apresentadas na FUNDUNESP por intelectuais brasileiros. Lançamento previsto para maio.

- **A Face Oculta da Universidade**, de Kourganoff.

- **As Consequências Sociais da 2ª Revolução Industrial**, de Adam Schaff. Co-edição com a Editora Brasiliense.

- **Diderot e o Enciclopédismo** (título provisório).

- **O Espírito da Revolução**, de Saint-Just.

- **Centenário da República Brasileira**. Publicação de professores da UNESP.

- **Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil — 1987**. Trabalho único no gênero, que vem sendo elaborado há dez anos por professores do FLC - Araraquara. Coordenação de Francisco da Silva Barbosa. Lançamento previsto para outubro.

Playboy de março classifica os melhores cursos

Pelo oitavo ano consecutivo, a revista "Playboy" da Editora Abril publica na edição de março o seu "ranking" das melhores faculdades brasileiras, em graduação e pós-graduação. Dentro das 35 áreas apresentadas na relação deste ano, a UNESP mantém cursos de pós-graduação em quatorze e foi classificada em sete. E, dos seus trinta cursos de graduação mencionados, dezesseis foram classificados.

Comparando-se esses dados aos de 88, a UNESP mantém uma melhor situação tanto quanto ao número de cursos ministrados, como quanto aos que obtiveram classificação. No ano passado, a "Playboy" apresentou 34 áreas em sua pesquisa. Em pós-graduação, a UNESP possuía quatorze cursos e era classificada em seis e, na graduação, eram 27 cursos mantidos e quatorze mencionados.

As diferenças se devem aos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Relações Públicas e Jornalismo — todos da FAAC-Bauru — que a UNESP passou a oferecer neste ano. Além disso, os cursos de Economia (FCL-Araraquara) e Direito (FHDSS-Franca), que não eram classificados no ano passado, passaram a constar na lista neste ano. Com relação à pós-graduação, apesar dos cursos de História (FCL-Assis) e Biologia (IB-Rio Claro) estarem ocupando os quarto e quinto lugares, respectivamente, Medicina (FM-Botucatu), que aparecia em quarto lugar em 88, não consta da última pesquisa. Outros cursos de pós-graduação obtiveram melhores colocações neste ano, como o de Zootecnia (FCAV-Jaboticabal), que pulou do quarto para o segundo lugar — ficando atrás somente da Universidade Federal de Viçosa —, e o de Geografia (IGCE-Rio Claro) que, do terceiro lugar, passou para o segundo, perdendo apenas para a USP.

Os métodos empregados pela publicação incluem 12.000 questionários respondidos por professores universitários de todo o país, sobre os dez melhores cursos de graduação e os cinco melhores de pós; a consulta a departamentos de recursos humanos de grandes empresas; e a consulta a associações profissionais.

C.O. aprova mudança em área da pós no IGCE

Foi aprovada pelo Conselho Universitário, em reunião do dia 6 de abril último, a alteração de concentração do curso de pós-graduação em Geociências e Ciências Exatas (IGCE) do campus de Rio Claro, "Depósitos Estratiformes" para "Geologia Regional". Não só a nomenclatura do curso foi alterada, e sim, toda a grade curricular.

A alteração irá beneficiar 48 estudantes que, já a partir deste semestre, terão seus cursos baseados na nova estrutura curricular. Segundo o professor Eberhard Wernick, coordenador da área, a mudança foi exigida em função do novo perfil do corpo docente. "O número de professores cresceu muito, passando de doze para 27, atualmente", diz. Segundo o professor, essa ampliação trouxe novas linhas de pesquisa que não se adaptavam mais à área antiga.

Além disso, segundo Eberhard, a área de concentração "Depósitos Estratiformes" dependia muito de docentes de fora da Universidade, o que se alterou totalmente com a nova área. "Essa mudança permitirá que o curso dependa apenas dos docentes da própria UNESP, o que proporcionará um salto qualitativo", explica. Como não ocorreu a criação de uma nova área de concentração, e sim, a reformulação, os alunos não terão problemas com seus créditos ou mesmo com o desenvolvimento de suas pesquisas.

A era do "correio eletrônico"

Facilitar o intercâmbio científico de pesquisadores do Estado de São Paulo com outros países. Este é o objetivo básico da chamada rede Bitnet, na verdade um cabo submarino da Embratel ao qual estarão conectadas várias instituições de pesquisas, integrando uma rede internacional de computadores. Através dela, os pesquisadores poderão conversar com cientistas dos maiores centros do mundo, trocando informações e discutindo os últimos resultados de seus trabalhos, e também ter acesso a resumos, artigos e a uma vastíssima bibliografia.

O acesso à rede Bitnet é feito através da RENPAC (Rede de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes), instituto ligado à Embratel. Com as linhas conectadas à RENPAC, as instituições poderão acessar a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, patrocinadora do projeto, (com uma verba anual de 150 mil dólares) e elo de ligação com a rede Bitnet. "A FAPESP estará funcionando como uma espécie de 'nó' entre as instituições e a rede Bitnet", explica Demi Getschko, coordenador do Centro de Processamento de Dados da Fundação.

O contato entre os pesquisadores brasileiros e os do Exterior será realizado através do próprio computador de suas instituições, com uma agilidade maior que a do telex e a do fac-símile. E é justamente esta agilidade uma das maiores vantagens do sistema. "Os pesquisadores dos países que estiverem se comunicando terão, em um curto espaço de tempo, acesso a uma bibliografia extremamente diversificada ou mesmo a resumos de artigos e de trabalhos pessoais", comenta Demi Getschko. Para ele, a ligação com o sistema Bitnet também significa o fim do atraso de uma década em relação a outros países, onde a conectividade por computadores entre centros de pesquisa é intensa. "Agora, vamos poder entrar em uma malha de comunicação entre instituições acadêmicas de porte internacional", avalia.

Ainda de acordo com Demi Getschko, os pesquisadores brasileiros queixam-se das dificuldades de acesso ao que se estuda no Exterior e que não conseguem manter contato com os colegas que conheceram durante seus estágios nas maiores universidades do mundo. "Com a implantação deste sistema, um verdadeiro 'correio eletrônico', poderemos, por exemplo, mandar uma mensagem para o Japão em menos de três minutos. E o melhor, sem os altíssimos custos de um telefonema ou a demora de uma correspondência normal", ele garante.

REPERCUSSÃO NA UNIVERSIDADE

O sistema Bitnet foi implantado há seis anos, primeiramente nos Estados Unidos e, depois, na Europa, Japão, Oriente Médio e Canadá, formando uma importante rede de computadores da qual participam mais de

CGI promove curso de editoração

No dia 3 último a Coordenadoria Geral de Informática da Universidade deu início ao curso sobre Editoração Eletrônica, a ser realizado em um total de 28 horas-aula, sempre nas manhãs de segunda-feira. Solicitado pela Assessoria de Comunicação e Cultura, esse é o primeiro curso oferecido pela CGI e dele participam também funcionários de outros setores da Reitoria e de algumas Unidades da UNESP, num total de 14 alunos.

As aulas estão sendo ministradas pelo professor Routh Terada, do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo. Já na primeira aula ele apresentou um livro e um boletim editados por ex-alunos seus de um curso realizado na USP. Ele acredita também que, em breve, o pessoal da UNESP estará fazendo livros, boletins, jornais, manuais e publicações diversas com o auxílio do "Ventura", o programa, todo em inglês, utilizado no curso.



Ceze, da CGI: Interligação com o Bitnet

700 universidades e laboratórios internacionais.

No Brasil, entre todas as instituições relacionadas à rede — além da Fapesp, as três universidades paulistas e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, IPT —, apenas a primeira está com sua ligação em pleno funcionamento, ainda que em fase experimental. As demais instituições aguardam a finalização de sua instalação.

Por enquanto, a UNESP conta com a instalação de linhas de comunicação ligadas à FAPESP somente na Reitoria e nos campus de Botucatu e São José do Rio Preto. Para que passe a operar em caráter definitivo, estão faltando à Universidade apenas alguns equipamentos de comunicação de dados (MODEM) e de softwares. A concretização desse projeto na UNESP está sendo levada a cabo pelos analistas de sistemas da Coordenadoria Geral de Informática (CGI) da reitoria, Walter Okada e Carlos Roberto Ceze. Ambos fazem parte de um grupo de especialistas na área de informática criado pela então Secretaria de Ciência e Tecnologia que, além de acompanhar o acesso da UNESP à rede Bitnet, está envolvido com a implantação de um projeto semelhante para interligar as Universidades e Institutos do Estado. "A interligação com a rede Bitnet é uma reivindicação antiga dos nossos pesquisadores, e houve um empenho especial por parte deste grupo para sua viabilização", afirma Carlos Ceze. Para Walter Okada, quando finalmente o sistema estiver totalmente implantado, a repercussão na Universidade será muito grande. "Trata-se de uma iniciativa pioneira em ciência e tecnologia no Brasil e um grande mérito para o Estado de São Paulo", ele conclui.

Para inaugurar a ligação da UNESP ao sistema internacional Bitnet, a Universidade enviou à FAPESP, no último dia 14 de abril, uma mensagem especial ao governador Orestes Quêrcia através dos computadores instalados na Reitoria.

Para Terada, doutor pela Universidade de Wisconsin e pós-doutorado pela de Berkeley, sempre em "Complexidade da Computação" — área que estuda a eficiência e o tempo gasto para cálculos — o curso possibilitará aos alunos editar — juntar de forma agradável visualmente — textos, fotos, imagens, gráficos etc. em uma publicação, indo até a arte-final que sai da impressora. Para o professor, a UNESP tem todos os equipamentos necessários ao bom andamento do curso, e cinco micros estão a ele reservados durante as aulas. "A única exigência que fiz foi a aquisição de mouses, equipamentos que agilizam a indicação de setas no teclado — e a UNESP já adquiriu seis deles para as aulas", diz Terada.

A CGI, segundo Eduardo Miyashiro, pretende ainda organizar este ano um curso de edição de texto, o MSWord, útil para um número maior de funcionários, já que trata essencialmente da redação e edição de textos.

IGCE inaugura laboratório com computadores

Foi inaugurado, no dia 15 de março, o laboratório didático do curso de Ciências da Computação, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), do campus de Rio Claro.

A inauguração do laboratório, exclusivo para alunos, fez parte da programação referente à aula inaugural do curso, proferida pelo reitor Paulo Milton Barbosa Landim.

O laboratório conta com quatro impressoras Rima, com velocidade de impressão de 180 caracteres por segundo, e quinze microcomputadores Itautec tipo IS-30, com 640 kbytes de memória e dois drives. O novo equipamento possui uma placa EGA, que lhe confere maior capacidade de manipulação, ou seja, tem melhor nitidez caso seja acoplado a um monitor de até dezesseis cores.

Já está prevista também a inauguração do laboratório didático do curso de Ciências da Computação da Faculdade de Engenharia e Tecnologia, do campus de Bauru, que será idêntico ao do IGCE. A confirmação da data depende apenas da entrega dos equipamentos.

Fundação da Alemanha aceita pedidos para bolsas de estudos

Se você tem até 32 anos, estudos completos em nível de graduação e obteve média de notas mínima de 7,5 em todas as disciplinas do 3º grau, pode solicitar o formulário de pedido de bolsas à Fundação Konrad Adenauer, uma das quatro fundações políticas da República Federal da Alemanha, para estudos de pós-graduação naquele país.

O prazo final para a devolução do formulário com a documentação correspondente é o próximo dia 30 de maio. Durante o mês de junho será feita uma pré-seleção, sem a presença do candidato. Quem for aprovado nessa pré-seleção, será convidado, por conta da fundação, para a entrevista de seleção propriamente dita, a ser realizada no Rio de Janeiro, em meados do corrente ano.

Fundada em 1964, a Fundação Konrad Adenauer dedica-se exclusivamente a fins de utilidade pública, e suas tarefas consistem, basicamente, em transmitir educação política, fomentar a educação, efetuar pesquisas, cultivar a colaboração em nível internacional, apoiar esforços de unificação e promover a pesquisa.

Os interessados devem encaminhar seus pedidos à Fundação Konrad Adenauer — Instituto Internacional Dr. George Bernard Sperry. Rua Barão de Jaguara, 1481 — 15º CEP 13015 — Campinas, SP.

Entidades ecológicas: concurso de logotipos

As inscrições para o concurso objetivando a criação de logotipos para a Sociedade de Ecologia do Brasil (SEB) e para o Centro de Estudos Ambientais (CEA), lançado em março último pela CAC-Comissão de Atividades Culturais da Reitoria, estarão abertas até o dia 30 de maio.

Ambos os concursos são abertos a professores, funcionários e alunos da UNESP, sendo que para a confecção do logotipo da SEB poderão se inscrever também pessoas que não pertençam à Universidade. As regras e os prêmios serão divulgados ainda no mês de abril.



Através da simulação de uma aula, os treinandos fazem uma auto-análise de seu desempenho

LILIO CLARETO

Neste projeto, a reciclagem do DP

Os funcionários do Departamento de Pessoal da Reitoria estão participando, desde o início deste ano, de diversos cursos de aperfeiçoamento e treinamento, visando a reestruturação do DP, que deverá ocorrer em breve e que envolverá toda a Universidade. Os cursos, que fazem parte de um amplo projeto de reciclagem, estão sendo ministrados pela MTB — Assessoria de Comunicação Social e Administração de Empresas, sob a coordenação do DP.

O primeiro desses cursos, "Autodesenvolvimento", foi realizado durante os meses de janeiro e fevereiro e envolveu sessenta funcionários. Segundo a pedagoga Eneida Foz Barbieri, responsável por esta atividade, seu objetivo principal foi dar dinâmica a um grupo que trabalha junto e tem tarefas interdependentes. "Tudo foi feito em cima das experiências das próprias pessoas envolvidas, o que deu a elas oportunidades e instrumentos para que diagnosticassem suas situações", diz Eneida.

Dez cursos, para atualizar e aperfeiçoar

A Comissão Especial dos Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento dos Servidores Técnico-Administrativos — CECA — da Faculdade de Odontologia (FO) do campus de Aracatuba deu início, no mês de março, a uma série de dez cursos, que se estenderão por todo este ano. Os cursos, que serão pagos e darão direito a certificados, atenderão aos grupos de Apoio Administrativo, Apoio Operacional e Apoio ao Ensino e à Pesquisa e foram criados através de sugestões dos próprios membros do corpo técnico e administrativo.

No mês de março, foram realizados os cursos de "Segurança física interna de instalações" e "Práticas culturais de jardim". Em março e abril está

sendo ministrado o curso de "Organização e controle de documentos/técnicas de arquivamento" e, ainda em abril, "Técnicas de atendimento ao público". Em maio, o curso será "Reciclagem em técnicas histológicas"; em junho, "Prótese de encaixe para protéticos"; em agosto, "Técnicas de anestésias e perfusão em animais de laboratório"; em setembro, "Elementos e técnica de correspondência oficial"; em outubro, "Noções básicas para auxiliar de serviços gerais"; e, em dezembro, "Preparação de soluções e cuidados do laboratório".

Os interessados deverão inscrever-se junto à Seção de Comunicações, no horário comercial.

Os interessados deverão inscrever-se junto à Seção de Comunicações, no horário comercial.

Os interessados deverão inscrever-se junto à Seção de Comunicações, no horário comercial.

ESCANINHOS

BARÍTONO — O professor José Antônio de Campos Machado, chefe do Departamento de Diagnóstico e Cirurgia da Faculdade de Odontologia do campus de Araraquara, que também se dedica, amadoristicamente, ao canto lírico, estará realizando uma apresentação na cidade no próximo mês de maio. O barítono Campos Machado é também o responsável pela produção e direção do espetáculo intitulado "Música, canções... um hino à vida", que contará com a participação do tenor Mário Solari. Campos Machado vem desenvolvendo sua carreira desde 1966, realizando em Araraquara e cidades vizinhas pelo menos dois recitais por ano, sempre com fins filantrópicos. O recital de canto será realizado na Biblioteca Mário de Andrade, no dia 11 de maio, às 20:30 horas, com entrada franca.

EUROPA — Por intermédio de um convênio firmado entre a Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do campus de Araraquara e a "Università degli Studi di Roma", Itália, a professora Sílvia Maria S. Carvalho, do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, está ministrando, por um período de quarenta e cinco dias, o curso "Sociedades da Floresta Amazônica", junto ao Departamento de Estudos Históricos e Religiosos dos Povos Primitivos daquela universidade. Posteriormente, a professora irá à "Fondation

Hardt", em Vandoluvres, Suíça, onde dará continuidade a um trabalho de pesquisa sobre textos clássicos da mitologia grega.

COOPERATIVISMO — O professor Roberto Rodrigues, do Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) do campus de Jaboticabal, participou, como presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB —, de diversos eventos nos meses de fevereiro e março. No dia 24 de fevereiro, esteve em Lima, no Peru, para a reunião do conselho diretor da Organização das Cooperativas da América. No dia 1 de março, Rodrigues participou do seminário sobre "Liberação do comércio de produtos agrícolas temperados", promovido pelo Ministério das Relações Exteriores, em Brasília. No VII Simpósio sobre Cerrados, realizado em 8 de março, com promoção da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA —, o professor Rodrigues proferiu palestra sobre "Estratégias de utilização do cooperativismo", com ênfase nos cerrados. E ainda, no dia 13 de março, no auditório de reuniões do Banco Central, em Brasília, esteve participando de encontro sobre acordo de cooperação franco-brasileiro de cooperativismo, juntamente com diversas autoridades dos dois países.

PLANO DE CARREIRAS: ESCLARECIMENTOS

1. Quando deverá ser avaliado o mérito de servidor que entrou na UNESP após 31.03.88?

R. Após 6 meses de exercício na função.

2. Quando deverá ser avaliado o mérito de servidor da UNESP que mudou de função após sua opção pelo enquadramento por mérito?

R. Após 6 meses de exercício na nova função.

3. O que deve fazer o servidor que se encontra nas situações apontadas anteriormente?

R. Dirigir-se à Comissão Local de Avaliação.

4. É verdade que será constituída uma Comissão Central Única, para avaliação de enquadramentos nas carreiras instituídas na UNESP?

R. Sim.

5. Como fica o enquadramento do pessoal que, em 31.03.89, não tenha completado 6 meses de exercício na função?

R. Deverão aguardar as normas que serão estabelecidas pela Comissão Central Única.

6. O que acontecerá ao servidor que, em 31.03.89, tenha completado 6 meses de exercício na função, se deixar de apresentar à Comissão Local a documentação necessária para seu enquadramento por mérito?

R. Será avaliado de acordo com as normas que vierem a ser estabelecidas pela Comissão Central Única, pois a Comissão Central atual não irá examinar os enquadramentos por mérito cuja entrada se der após o prazo fixado.

7. Por que a UNESP não vem aplicando a Promoção por Antigüidade e por Merecimento aos servidores técnicos-administrativos, previstas em legislações baixadas pelo Governo do Estado?

R. Porque a Promoção por Antigüidade e por Merecimento ainda não foi regulamentada pelo Governo do Estado. Assim sendo, é necessário aguardar a publicação do Decreto regulamentador.

8. O que é acesso?

R. Acesso é o instituto pelo qual o servidor, mediante processo seletivo especial, passa a integrar a classe imediatamente superior àquela que se encontra, dentro da respectiva série de classes. Ex: a série de classes de Auxiliar de Serviços Gerais era composta por três níveis, a saber:

Auxiliar de Serviços Gerais I
Auxiliar de Serviços Gerais II
Auxiliar de Serviços Gerais III

9. Como fica a aplicação do Instituto do Acesso aos servidores técnicos-administrativos da UNESP a que se refere o Decreto nº 24010/85?

R. As novas legislações que alteraram o Decreto nº 24010/85 não se reportam mais à série de classes, com isso não é possível aplicar o citado Instituto. Exemplo: as funções de Auxiliar de Serviços Gerais Níveis I, II e III foram reclassificadas para Auxiliar de Serviços, sem nível, devendo se concluir que não existe mais a série de classes.

10. O servidor que percebe gratificação de representação deixa de receber essa vantagem quando afastado por motivo de licença-saúde própria ou de pessoa da família?

R. Não. O servidor continuará percebendo

essa vantagem sempre que o afastamento for considerado de efetivo exercício (artigo 78 da Lei 10261/68) e quando se tratar de licença-saúde própria ou de pessoa da família, nos termos do Ofício Circular expedido a esse respeito.

Revisão dos benefícios e pensões dos segurados da previdência social, provocará alterações nas complementações de aposentadoria e pensões pagas pela UNESP.

Aos servidores da UNESP, regidos pela CLT, e admitidos antes de 14.05.74, quando da aposentadora ou falecimento, e assegurado, nos termos das Leis nºs 1385/51 e 200/74, o direito ao recebimento da diferença entre os proventos pagos pelo Instituto ou Caixa respectiva e aquele a que teria direito junto à UNESP, como se estivesse na ativa.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 05.10.88, os benefícios de prestações continuadas, mantidos pela Previdência Social, a partir de sua vigência, terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos que tinham na data da concessão da aposentadoria em pensão.

Das informações colhidas junto à Coordenação de Manutenção de Benefícios do Instituto Nacional de Previdência Social — INPS — Superintendência em São Paulo, localizada à Rua Xavier de Toledo, nº 280 — 15º andar, os aposentados e pensionistas da Previdência Social, terão os seus benefícios revistos a partir de maio de 1989, tanto em direitos, como na atualização dos valores, bem como, nenhum benefício terá seu valor inferior ao do salário mínimo.

Segundo os Técnicos, o benefício será sempre reajustado de forma a garantir o valor real, conforme critérios que ainda serão definidos em lei e assegurando, também, ao aposentado ou pensionista o 13º salário igual ao valor do benefício do mês de dezembro de cada ano.

Da aplicação do disposto no artigo 58 e parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Carta Magna, só terão direito à atualização — pela base de salários mínimos que percebia na época em que se aposentou ou entrou em benefício — aqueles que ganham mais de um piso salarial.

Por outro lado, dentro deste contexto, os Servidores Públicos Civis, da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, terão os proventos da aposentadoria revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores na ativa, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei. Assim sendo, o benefício da pensão, por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei.

Ao analisarmos tais medidas, constatamos que a revisão dos benefícios pagos pela Previdência Social, trará reflexos sobre as complementações efetuadas pela Universidade aos seus ex-servidores celetistas ou familiares.

Segurança, no trabalho e em casa

Da coma alcoólica à picada de aranhas e escorpiões, dos acidentes de trabalho à profilaxia da AIDS, o programa da II SIPAT — Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho — não deixou escapar nada. Promovido pela FEIS — Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, o evento foi realizado, entre os dias 3 e 7 de abril, na Casa da Cultura local.

Para se ter uma idéia da diversidade e

abrangência dos aspectos abordados na ocasião, basta uma rápida passada de olhos pelo programa: "O Acidente do Trabalho", "A Coluna Vertebral e Seus Problemas", "Primeiros Socorros: mal súbito, hemorragias e queimaduras", "Alcoolismo e Tóxicos", "Acidentes de Trânsito e Aspectos Criminais do Acidente de Trabalho", "Profilaxia da AIDS", "Animais Peçonhentos" e "Combate, Prevenção de Incêndios e Segurança no Lar".

Cooperação entre FCA e EMPEASE

A Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA) do campus de Botucatu recebeu a visita, no último dia 7 de março, do presidente e do diretor-técnico da EMPEASE-Empresa de Pesquisa Agropecuária de Sergipe, respectivamente Luiz Ferreira dos Santos e José Olinio. Ambos vieram tratar, junto à diretoria da Faculdade, de estudos iniciados em 1988 sobre um convênio de cooperação técnico-científica a ser estabelecido entre as duas partes.

Esse convênio prevê, entre outros pontos, a assessoria, por especialistas da FCA, a projetos de pesquisa em Horticultura desenvolvidos pela EMPEASE; pesquisas integradas envolvendo especialistas das duas entidades na área de Horticultura; treinamento de pesquisadores da EMPEASE, em nível de pós-graduação ou estágios de reciclagem, nas áreas de Horticultura, Irrigação e Drenagem e Proteção de Plantas; e a indicação de mestres e doutores recém-graduados pela FCA para participarem como bolsistas do CNPq, em atividades de pesquisa junto à EMPEASE.

Segundo o diretor da unidade, Flávio Abranches Pinheiro, a minuta do convênio já está sendo redigida para encaminhamento à Congregação e, posteriormente, à Reitoria. Paralelamente a isso, ainda no primeiro semestre deste ano, especialistas da FCA farão uma visita à rede de Estações Experimentais da EMPEASE. "Porém, mesmo antes de todos esses pontos serem solucionados, algumas atividades já poderão ser postas em prática", prevê Flávio.

FO — Araçatuba publica relatório

O Departamento de Odontologia Social da Faculdade de Odontologia do campus de Araçatuba, através da Disciplina de Odontologia Preventiva e Sanitária, preparou o relatório das atividades desenvolvidas em 1988 pelo Serviço Extra-Mural Odontológico (SEMO).

Realizado há mais de vinte anos pela Faculdade, em convênio com a Prefeitura local, o SEMO tem como objetivo aprimorar o aprendizado do aluno através da prática e ao mesmo tempo prestar atendimento à comunidade. O SEMO se subdivide em Serviço Odontológico Rural (SOR) e Serviço Odontológico Urbano (SOU).

O SOR faz o atendimento odontológico no Município de Brauna — Posto Indígena de Icatu, e no Distrito de Santo Agostinho de Aracangua. Já o SOU atende a comunidade de diversos bairros de Araçatuba em fundações, creches, associações, sanatórios e outras entidades ligadas à Prefeitura. Além disso, também faz parte do SEMO o programa "Educação para Saúde Bucal", que engloba a Campanha Regional de Higiene Bucal e a Campanha dos Bons Dentes, realizadas anualmente.

Neste último relatório há os detalhes de todas as atividades desenvolvidas, tais como números de atendidos e horas de trabalho e custos operacionais, trazendo no final uma comparação entre esses custos e o que seria cobrado por profissionais.

IGCE recebe visita de físico inglês

O Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) do campus de Rio Claro, dando continuidade a um programa de cooperação mútua que vem sendo desenvolvido há dois anos com a University of Bath, da Inglaterra, recebeu, de 20 de março a 14 de abril, o Dr. John N. Andrews, especialista na utilização de elementos radioativos naturais em investigações hidrologias.

O Dr. Andrews está acertando, juntamente com o professor Daniel Marcos Bonotto, do Departamento de Física, detalhes do planejamento de uma pesquisa sobre o movimento de águas subterrâneas na Formação Botucatu-Pirambóia, SP, a ser iniciada neste ano. Durante sua estada em Rio Claro, o Dr. Andrews proferiu duas palestras, nos dias 5 e 12 de abril, para especialistas da área, membro de instituições de pesquisa e a comunidade local.

Os 23 anos da FEG, com muita comemoração

A Faculdade de Engenharia do campus de Guaratinguetá (FEG) estará comemorando, no próximo dia 2 de maio, seu 23º aniversário. Para isso, no período entre 2 e 6 de maio, haverá na FEG uma série de atividades com o objetivo de divulgar e integrar o campus com a comunidade da região.

Uma dessas atividades visa atrair os estudantes de 2º grau e motivá-los a um conhecimento científico através da elaboração de trabalhos. Trata-se da "Feira de Ciências" (dia 2, às 14 horas no saguão da administração), que contará com a participação não só de estudantes de Guaratinguetá mas também de cidades vizinhas do Vale do Paraíba. Os trabalhos serão julgados por uma comissão formada por professores do campus e os melhores receberão prêmios e menções honrosas. "A divulgação da Feira de Ciências está sendo feita através de cartas a todas as escolas da região e contatos com a Secretaria da Educação", diz o vice-diretor da FEG, professor Fernando Marins.

Mostrar ao público a estrutura da Universidade, sua abrangência no Estado e, princi-



FEG: 175 mil m2 a um quilômetro do centro de Guaratinguetá

palmente, o papel da FEG neste contexto, é a intenção da exposição "Conheça a UNESP". A exposição, que ficará instalada no Bloco III da Faculdade, irá apresentar, em estandes, as Unidades Universitárias. Haverá também à disposição do público um micro-computador onde todas as informações sobre a UNESP (cursos, localização das Unidades, vestibular, vagas etc.) poderão ser acessadas pelo próprio interessado.

Além da "Feira de Ciências" e "Conheça a UNESP", a programação conta ainda com

Pesquisadores vão ao pantanal

Coletar material para os projetos de Fisiologia, Morfologia e Hematologia do Centro de Aqüicultura da UNESP, com sede em Jaboticabal. Este foi o objetivo primordial da viagem que quatro docentes da Universidade fizeram ao Pantanal Matogrossense no início do último mês de março. Os professores Célio Rugani e Sônia Fontes Zuim, de Rio Claro, Elizabeth Criscuolo Urbineti, de Jaboticabal, e Waldener Garutti, de São José do Rio Preto, permaneceram na região durante uma semana coletando, basicamente, amostras de sangue, tecidos e alguns animais vivos. Baseados na cidade de Aquidauana e na Fazenda Bodoquena, às margens do rio Miranda, a equipe foi reforçada por dois técnicos de Rio Claro e por pescadores da região, que se ocuparam do trabalho de captura e sacrifício dos espécimes.

Embora lembre as condições precárias que cercaram a viagem, a prof. Elizabeth Urbineti, do Departamento de Fisiologia da FCAV, voltou entusiasmada com os resultados. "Mesmo sem a infra-estrutura desejada, a experiência foi extremamente interessante e riquíssima do ponto de vista científico. Conseguimos abastecer o Centro de Aqüicultura

com um vasto e inestimável material", ela afirma.

BALANÇO E INTEGRAÇÃO

Apesar de instalado em Jaboticabal, onde serão desenvolvidos cultivos e laboratórios de peixes, crustáceos (camarão gigante da Malásia) e anfíbios (rã touro gigante), o Centro de Aqüicultura irá desenvolver também trabalhos nos campus de Botucatu e Rio Claro. Nesse último, serão instalados laboratórios de larvicultura de camarões, viveiros e terrários de jacarés. Em Botucatu, onde já se encontram em plena atividade laboratórios e tanques, serão desenvolvidos projetos na área de nutrição de peixes.

Para fazer um balanço final da viagem ao Pantanal, o Centro de Aqüicultura promoverá, no Instituto de Biociências de Rio Claro, no dia 11 de abril, um evento para a análise e discussão dos resultados. "Além de possibilitar que cada pesquisador fale sobre o andamento de seu projeto, este encontro servirá também para que se promova uma integração entre o pessoal do Centro", diz Elizabeth.

Na ocasião, serão discutidos ainda os detalhes para a implantação do primeiro curso de pós-graduação em aqüicultura no país.



Prof. Elizabeth, no rio Miranda: experiência riquíssima do ponto de vista científico

a apresentação do Grupo de Percussão do Instituto de Artes do campus de São Paulo (dia 3, às 20 horas, no auditório do Museu Frei Galvão, da cidade) e com uma exposição de artes plásticas com trabalhos de professores e alunos de várias Unidades. Do dia 2 a 5, sempre às 16 horas, haverá um ciclo de palestras sobre ciência e tecnologia proferidas por docentes da FEG e por convidados. Está prevista também uma sessão no Anfiteatro da Faculdade (dia 5), que contará com a participação de ex-alunos da FEG para que, através de depoimentos, relatem suas experiências profissionais.

Fundada em 1966, a Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá iniciou suas atividades numa sala de aula do colégio de 2º grau Instituto de Educação Conselheiro Rodrigues Alves, oferecendo somente o curso de Engenharia Mecânica. Alguns meses depois, a FEG pôde transferir-se para um prédio alugado no centro da cidade, onde foram instalados a administração, a biblioteca, as salas de aula e os laboratórios ligados à física e à química.

Instalada numa área de 175.000 m2, a 1 quilômetro do centro de Guaratinguetá, a FEG passou a oferecer, em 1984 e 1986, respectivamente, os cursos de Engenharia Civil e Elétrica. A partir de 1989 iniciou-se também o curso de licenciatura em Física. Além disso, conta com um Colégio Técnico Industrial de 2º grau que, segundo o vice-diretor, Fernando Marins, "supre a falta de mão-de-obra especializada no mercado regional".

XVI SECITAP promove cursos

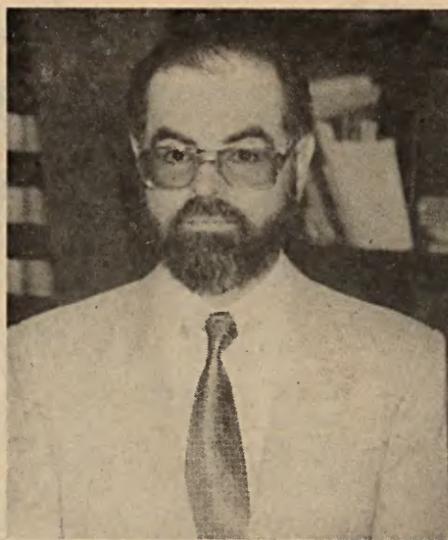
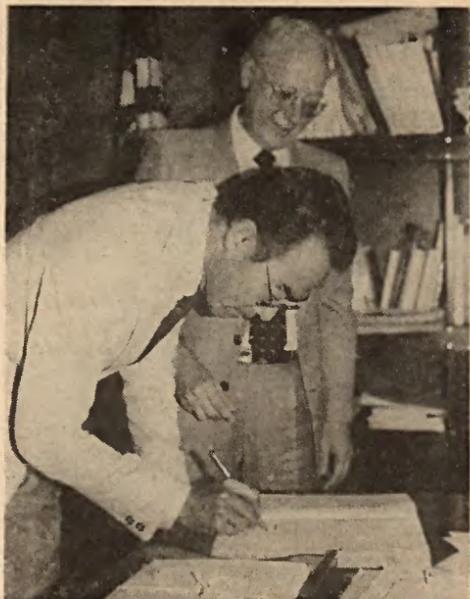
O Diretório Acadêmico "Fernando Costa", da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) do campus de Jaboticabal, está promovendo, com o apoio da diretoria, a XVI SECITAP — Semana de Ciência e Tecnologia Agropecuária, a ser realizada de 8 a 12 de maio, no campus. O evento vem sendo organizado desde 1976 pelos alunos da Faculdade com o objetivo primordial de ministrar cursos técnicos intensivos a profissionais e alunos da área de Ciências Agrárias e Veterinárias.

Ao todo, serão vinte cursos: nove em Agronomia, seis em Medicina Veterinária e cinco em Zootecnia, ministrados por docentes da UNESP e outros profissionais vinculados a empresas particulares. Além disso, há uma programação cultural paralela que inclui um baile, rodeio universitário, um festival de música popular e um debate sobre ecologia. As inscrições vão até o dia 8 de maio e os preços variam de NCz\$ 6,00 a NCz\$ 15,00. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Organizadora da SECITAP, Caixa Postal 46 — Jaboticabal — SP — CEP 14870, ou pelos telefones (0163) 22-2877 ou 22-4000.

Araraquara vai conhecer a França

Nos próximos dias 24 e 25 de abril, o campus de Araraquara estará recebendo o "Bus Français", um projeto científico e cultural que já percorreu os Estados Unidos, a Argentina e o Uruguai, de responsabilidade do Bureau d'Action Linguistique, departamento do Consulado da França. O evento mostrará, através de vídeos, filmes, exposições, catálogos etc., aspectos técnicos, científicos e culturais da França, justamente no ano da comemoração do bicentenário da Revolução Francesa.

A programação terá espaço na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, na Casa da Cultura, no Centro de Línguas, na Faculdade de Odontologia (FO), Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), Faculdade de Ciências e Letras (FCL) e Instituto de Química (IQ). O projeto tem a colaboração da Prefeitura Municipal de Araraquara e a coordenação do Departamento de Letras Modernas, áreas de Francês, da FCL.



As posses dos professores Kurozawa (a esquerda) e Toledo: vice-diretores da FCA e do IB — campus de Botucatu

A posse de dois novos vice-diretores

Dois novos vice-diretores tomaram posse neste mês de abril. Os professores Luiz Antônio Toledo e Chukichi Kurozawa assumiram, respectivamente, as vice-diretorias do Instituto de Biociências e da Faculdade de Ciências Agrônômicas do campus de Botucatu, nos dias 27 e 29, em solenidades realizadas na Reitoria.

Ambos os docentes iniciam uma nova etapa dentro da Universidade. Os professores Kurozawa e Toledo foram os dois primeiros vice-diretores a serem empossados sob as regras do novo Estatuto. Ou seja, eles não foram escolhidos pelo reitor e tiveram seus nomes apresentados pela congregação e referendados pelo reitor Paulo Milton Barbosa

Landim. Além disso, inauguraram um outro procedimento previsto pelo Estatuto: a partir de agora, haverá coincidência de mandatos dos vice-diretores com os dos diretores, formando realmente uma nova diretoria em cada unidade.

Assim, o professor Toledo, que substituiu o professor Cecílio Linder, agora diretor, terá, juntamente com este, o seu mandato encerrado em 8/2/93. Da mesma maneira, o professor Kurozawa, que ocupará o cargo pertencente anteriormente ao diretor Flávio Abranches Pinheiro, estará à frente da vice-diretoria até 31/1/93, quando se encerra também o mandato de Pinheiro.

Campus de Araraquara: novo boletim

O campus de Araraquara conta, desde março, com um boletim informativo próprio. A iniciativa, cogitada durante reunião do Grupo Administrativo do campus, concretizou-se e foi criado o "Informativo do campus de Araraquara", um veículo de divulgação e integração da comunidade local. O boletim é elaborado por uma assessoria formada por um docente um funcionário de cada unidade universitária — Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Ciências e Letras, Faculdade de Odontologia e Instituto de Química —, além de dois funcionários da Administração Geral do campus.

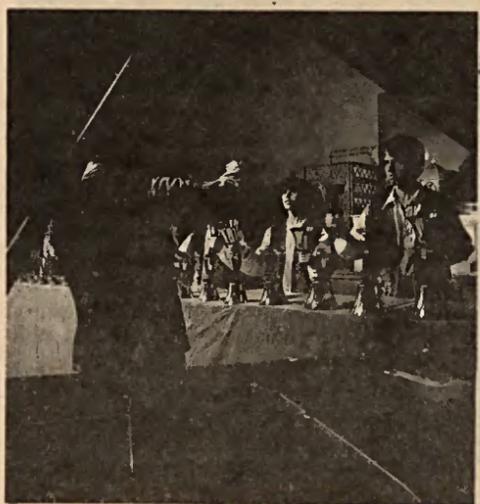
O informativo, que deverá ser bimestral, contou em seu primeiro número com quatorze páginas e uma tiragem de 2.000 exemplares. A distribuição, além de ter sido realizada nas quatro unidades de Araraquara e em bibliotecas e diretórios acadêmicos dos demais campus, foi feita também em órgãos municipais, como a biblioteca, e em entidades de classe locais.

Música, porque hoje é sábado

Até o final deste semestre, o Instituto de Artes da UNESP estará promovendo uma série de apresentações musicais na Sala dos Bispos do Museu de Arte Sacra, à Av. Tiradentes, 676, em São Paulo.

Sempre a partir das 15h30, haverá apresentações, no mês de abril, nos dias 8, 15, 22 e 29 (sábados). No dia 8 será a vez do Grupo de Música Antiga; no dia 15, deve-se apresentar o prof. Mário Frungillo, com instrumentos de percussão; dia 22 apresenta-se a Orquestra de Sinos, com direção de Gerson Gorski Damasceno; e, no dia 29, um recital de violão com Fábio Ramazzini e Joaquim Cordeiro Neto.

Esta série de espetáculos, coordenada pelo prof. Carlos Kaminski, deve ser estender ainda pelos meses de maio (apresentações dos professores do I.A.) e junho (encontro de corais regidos por professores e alunos.



Orquestra de Sinos, no Museu de Arte Sacra

AGENDA

ARAÇATUBA

- 2/5 a 30/6. Palestras e treinamentos: Campanha regional de educação para saúde bucal. Promoção do Departamento de Odontologia Social.
- 5, 6, 12 e 13/5. Palestras: "Reciclagem em técnicas histológicas." Promoção da Comissão Especial sobre Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento.
- 22 a 26/5. Palestras: "3ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes." Promoção da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

ARARAQUARA

- 8/5. Palestra, na FCL: "A citação amorosa na literatura." Promoção do Departamento de Letras Modernas.
- 8 a 11/5. II Simpósio de Educação Universitária sobre Pedagogia, na FCL. Promoção do Departamento de Psicologia da Educação.
- 15 a 19/5. Curso, na FCF: "V Semana de Estudo de Ciências dos Alimentos." Promoção do Departamento de Alimentos e Nutrição.
- 18 e 19/5. Cursos, na FO: "Introdução à didática aplicada ao ensino superior." Promoção da Comissão de Educação Continuada.
- 27 a 31/5. Palestra, na FCL: "III Artefacto: exposição de arte." Promoção do Diretório Acadêmico.

ASSIS

- 2/5 a 10/6. Concerto: "Ciclo de Música Antiga." Promoção da vice-diretoria.
- 6/5. Show: "Brincando com sax" (Jazz). Promoção do Diretório Acadêmico XVI de Agosto.
- 17/5. Concerto de alaúde e flauta. Promoção do Departamento de Educação.
- 27/5 a 24/6. Palestras: "Curso de extensão: a gramática no ensino." Promoção do Departamento de Linguística e Instituto de Estudos Vernáculos "Antonio Soares Amora".

BAURU

- 8 a 12/5. Palestra: "História da Psicologia do Brasil." Promoção do Departamento de Psicologia.

BOTUCATU

- 8 a 12/5. Palestra, no IB: "Semana Cultural do Bicho." Promoção da Comissão Setorial de Atividades Culturais.
- 10/5. Show de música sertaneja, no IB. Promoção da Comissão Setorial de Atividades Culturais.
- 11/5. Musical, no IB: "Quarteto de Cordas de São Paulo." Promoção da Comissão Setorial de Atividades Culturais.
- 15/5. Show, no IB: Grupo "Cupim". Promoção da Comissão Setorial de Atividades Culturais.

FRANCA

- 1 a 5/5. Semana de mostra de teatro popular. Promoção do Diretório Acadêmico XXI de Setembro.
- 8 a 12/5. Ciclo de cinema brasileiro. Promoção do Diretório Central de Estudantes.
- 10/5. Palestra: "A problemática da fome no Brasil." Promoção do Departamento de Serviço Social.
- 17/5. Debate: "A música popular paulista nos anos 80: vanguarda?" Promoção do Centro de Estudos "Gabriel Roy".
- 17/5. Palestra: "O cinema e a história do Brasil." Promoção do Departamento de História Social, Política e Econômica.
- 25/5. Palestra: "Rádio e história." Promoção do Departamento de Estudos Históricos Básicos.

GUARATINGUETÁ

- 2 a 5/5. V Seminário de Matemática e Computação. Promoção do Departamento de Matemática.

- 8 a 13/5. Concerto: 23º aniversário da FEG. Promoção da Diretoria de Produção.

ILHA SOLTEIRA

- 6/5. Teatro: "Plínio Marcos Mesmo." Promoção do Diretório Acadêmico.

JABOTICABAL

- 5/5. Simpósio do Colégio Brasileiro de Nutrição Animal. Promoção da Assessoria de Comunicações.
- 8 a 10/5. Show: "VI Rodeio Universitário." Promoção do Diretório Acadêmico.
- 8 a 12/5. Laboratório: Atividades culturais da Semana de Ciência e Tecnologia em Agropecuária. Promoção do Diretório Acadêmico.
- 9 a 10/5. I Torneio de poesia falada. Promoção da Assessoria de Comunicações.
- 9 a 11/5. XIII Festival de música popular brasileira. Promoção do Diretório Acadêmico.
- 25 a 28/5. Mesa-redonda: "Agrônômicas regional." Promoção do Diretório Acadêmico.
- 29/5 a 2/6. Comemoração do 23º aniversário da FCAV (baile, teatro, show). Promoção da Comissão Especial de Cultura.

MARÍLIA

- 4 a 6/5. Debate: "Semana de Estudos da Cultura Afro-Brasileira." Promoção do Movimento Negro da Unidade e Diretório Acadêmico XV de Março.
- 8 a 12/5. Debate: Semana de Educação. Promoção do Departamento de Didática.
- 17/5. Mesa-redonda: "A política cultural no Brasil de hoje." Promoção do Departamento de Sociologia e Antropologia.

PRESIDENTE PRUDENTE

- 1 a 7/5. Seminário sobre a questão do negro. Promoção dos Departamentos de Geografia, Planejamento e Educação.
- 6/5. Encontro distrital de coros da UNESP. Promoção da Diretoria e regência local.
- 12, 19 e 26/5. Palestra: "Educação e Movimento Social." Promoção do Departamento de Educação.
- 12/5 a 3/7. "I Ciclo de seminários de física de Presidente Prudente." Promoção do Departamento de Ciências Ambientais.
- 27/5. Mesa-redonda: "Comemoração do dia do estatístico." Promoção do Departamento de Matemática.

RIO CLARO

- 2 a 5/5. Audiovisual, no IB: IAMA — Instituto de Antropologia e Meio Ambiente. Promoção do CEBIO — Centro de Estudos Biológicos.
- 8 a 12/5. Palestra, no IGCE: "Semana de Cultura Contemporânea." Promoção do CEMAFI — Centro de Estudos Matemáticos e Físicos.
- 18/5. Show coletivo de mulheres negras da Baixada Santista, no IB. Promoção da Comissão Permanente de Extensão de Serviços à Comunidade.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

- 2/5 a 5/9. Curso de extensão universitária em dentística. Promoção do Departamento de Odontologia Restauradora.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

- 8 a 12/5. Conferência: 1º Colóquio de Matemática do IBILGE. Promoção do Departamento de Matemática.
- 8 a 12/5. Debate: 1ª Semana de Computação. Promoção do Centro de Estudos da Computação.
- 15 a 19/5. Ciclo de palestras. Promoção do Diretório Acadêmico.
- 22 a 25/5. Palestra: Semana da Matemática. Promoção do Centro de Estudos da Matemática.
- 22 a 27/5. Palestra: Semana da Biologia. Promoção do Centro de Estudos de Biologia.

DOCENTES

- **Sérgio Sualdini Nogueira** (FO-Araraquara): "Estudo comparativo das posições condilares no plano sagital, determinadas por três métodos de registro da relação central (guiado não forçado, estimulação bilateral posterior e inclinação da cabeça para trás) em pacientes dentados." Banca: José Geraldo Lombardo, Marco Antônio Compagnoni, Luiz de Jesus Nunes, Acácio Lins do Valle e Humberto Gennari Filho. Doutorado, dia 15 de dezembro, na FO.
- **Carlos Alberto dos Santos Cruz** (FO-Araraquara): "Estudo 'in vitro' da penetração de agentes ácidos para o condicionamento do esmalte dental em cimentos à base de hidróxido de cálcio." Banca: Willian Celso Rettondini, Paulo Henrique Fernandes Chaves e Francisco Pedro Monteiro da Silva Filho. Mestrado, dia 15 de dezembro, na FO.
- **Lincoln Gehring Cardoso** (FCA-Botucatu): "Fotointerpretação da rede de drenagem de dois solos com cana-de-açúcar e dois com eucalipto." Banca: Gertrudes Celene Rocha Piedade, Carlos Roberto Espindola, Luiz Roberto Lopes, Rutênio José Latanze e Zacarias Xavier de Barros. Doutorado, dia 16 de dezembro, na FCA.
- **Kléber Pereira Lanças** (FCA-Botucatu): "Subsolador: desempenho em função de formas geométricas de hastes, tipos de ponteiros e número de hastes." Banca: Sérgio Hugo Benez, José Armando Furlani Júnior, Gastão Moraes da Silveira, Luiz Malcolm Mano de Mello e Luiz Antônio Daniel. Doutorado, dia 16 de dezembro, na FCA.
- **Nivea Dulce Tedeschi Conforti Froes** (IBILCE-São José do Rio Preto): "Avaliação de efeitos ciclotivo e clastogênico do corante da beterraba (*Beta vulgaris*) em células de medula óssea de *Rattus norvegicus*." Banca: Hermione Ely Melara de Campos Bicuado, Maria Nazareth Rabello-Gay, Maria Cecilia Toledo, Maria Amélia de la Regina Rodrigues e Maria Astride Saad Corradi. Doutorado, dia 16 de dezembro, no IBILCE.
- **Eunice Oba** (FMVZ-Botucatu): "Estudo histocitofisiológico da atividade reprodutiva de búfalas — *Bubalus bubalis*." Banca: Ronaldo Mateus Define, Waldir Gandolfi, Raul Gastão Mucciolo, Renato Campanarut Barnabé e Antonio Mies Filho. Livre-docência, dias 8, 9 e 10 de março, na FMVZ.

ALUNOS

- **Lauro Tatsuo Kubota** (IQ-Araraquara): "Propriedades da sílica gel modificada com grupos iminosalicilaldeído e sua utilização na extração de íons metálicos em meio etanólico." Banca: José Celso Moreira, Yoshitaka Gushikem e Douglas Wagner Franco. Mestrado, dia 12 de dezembro, no IQ.
- **Ivonete Marcanti** (IB-Rio Claro): "Aplicabilidade das isotermas de Freudlich e Langmuir na interação adsorviva entre *Aspergillus niger* IZ-9 paramorfogênico e corantes azóicos básicos, ácidos, diretos e reativos: influência do pH e temperatura." Banca: Carlos Renato Corso, Augusto Ferreira da Eira e Roberto Naves Domingos. Mestrado, dia 13 de dezembro, no IB.
- **Thomas Bonnici** (IBILCE-São José do Rio Preto): "A ficção de Graham Greene e a impossibilidade de uma tragédia cristã." Banca: Carlos Daglian, Salvatore D'Onofrio, Luiz Alberto de Miranda, Maria Magaly Trindade Gonçalves e Sílvia Mussi da Silva Claro. Doutorado, dia 16 de dezembro, no IBILCE.
- **Ângelo Catâneo** (FCA-Botucatu): "Estudo de alguns parâmetros dos tratores nacionais de rodas." Banca: Sérgio Hugo Benez, Carlos Antônio Gamero, Tomaz Caetano Ripoli, Luiz Antonio Daniel e Antonio Francisco Ortolani. Doutorado, dia 16 de dezembro, na FCA.
- **Jayme Laperuta Filho** (FCA-Botucatu): "Evolução de alguns parâmetros técnicos de tratores agrícolas no Brasil, 1947/87." Banca: Flávio Abranches Pinheiro, Sérgio Hugo Benez e Luiz Carlos Beduschi. Mestrado, dia 19 de dezembro, na FCA.
- **Oswaldo Magro Filho** (FO-Araraquara): "Reparação do alvéolo dental e de ferida cutânea após irrigação com solução de própolis. Estudo histológico em ratos." Banca: Antônio Cesar Perri de Carvalho, Alceu Berbert, José Simões Barroso, Roberto Luiz Tagliavini e Sylvestre Arnaldo Grandini. Mestrado, dia 20 de dezembro, na FO.
- **Mário Roberto Hatayde** (FMVZ-Botucatu): "Avaliação clínico-reprodutiva de novilhas da raça pitangueiras normais e subfêteis." Banca: Luiz Eustáquio Lopes Pinheiro, Frederico Ozanan Papa, Renato Campanarut Barnabé, Raul Gastão Mucciolo e César Roberto Esper. Doutorado, dia 21 de dezembro, na FMVZ.
- **Paulo Henrique Franceschini** (FMVZ-Botucatu): "Estudo citogenético em leitões e embriões suínos originados de sêmen irradiado." Banca: Luiz Eustáquio Lopes Pinheiro, Frederico Ozanan Papa, Renato Campanarut Barnabé, Raul Gastão Mucciolo e César Roberto Esper. Doutorado, dia 21 de dezembro, na FMVZ.
- **Adeliana Saes Coelho** (FCA-Botucatu): "Efeitos da idade dos frutos e do período de repouso pós-colheita sobre a qualidade de sementes de berinjela." Banca: Antonio Celso Wagner Zanin, João Nakagawa e Paulo Donato Casrelane. Mestrado, dia 11 de janeiro, na FCA.

CONCURSOS

- **Ciro Antonio Rosolem** (FCA-Botucatu). Banca: Euripedes Malavolta, Oswaldo Brinholi, Aílto Antonio Casagrande, Oswaldo Pereira Godoy e Júlio Marcos Filho. Dias 1 e 2 de dezembro, na FCA.
- **Edé Cereda** (FCA-Botucatu). Banca: Salim Simão, Ary Aparecido Salibe, Antonio Celso Wagner Zanin, Maurício de Souza e Fernando Mendes Pereira. Dias 19 e 20 de dezembro, na FCA.
- **Adélia Maria Salati Marcondes Llistó** (FCA-Botucatu). Banca: Urgel de Almeida Lima, José Santo Goldoni, Gilvan Wosiacki, Rodolpho de Camargo e Oswaldo Galvão Brasil. Dias 23 e 24 de janeiro, na FCA.
- **João Nakagawa** (FCA-Botucatu). Banca: Francisco Ferraz de Toledo, Oswal Brinholi, Nelson Moreira de Carvalho, Roberto Ferreira da Silva e Júlio Marcos Filho. Dias 13 e 14 de fevereiro, na FCA.
- **Marney Pascoli Cereda** (FCA-Botucatu). Banca: Urgel de Almeida Lima, José Santo Goldoni, Gilvan Wosiacki, Iracema de Oliveira Moraes e Oswaldo Galvão Brasil. Dias 20 e 21 de fevereiro, na FCA.

Pós-graduação: análise e propostas

MÁRIO R. MONTENEGRO

A pós-graduação no Brasil foi instituída pela lei de Diretrizes e Bases e definida pelo parecer Newton Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) em dezembro de 1965.

Nesse parecer, o prof. Newton Sucupira afirma que o conceito de pós-graduação se originou da estrutura universitária norte-americana. E está aí uma das primeiras causas de dificuldades e desentendimentos sobre o sistema. Enquanto nosso ensino era predominantemente pautado por modelos europeus, iniciou-se uma nova etapa, utilizando-se conceitos norte-americanos.

A necessidade de aceleração da formação dos docentes para suprir o rápido crescimento do ensino superior em nosso país, além da não menos urgente necessidade de ampliar a nossa capacidade em investigação, levou à proposição de um sistema que, pelo menos nos Estados Unidos, havia dado certo.

Os objetivos da criação da pós-graduação eram três:

1º Formar professorado competente que pudesse atender à expansão quantitativa de nosso ensino superior;

2º Estimular o desenvolvimento de pesquisa científica por meio da preparação de novos pesquisadores;

3º Assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão.

Neste primeiro parecer, Newton Sucupira chama a atenção para o fato de haver dois tipos de pós-graduação: um "sensu stricto" e outro "sensu lato", enquadrando neste último os cursos de especialização, com "finalidade técnico-profissional específica", sendo destinados ao treinamento profissional.

Já a pós-graduação "sensu stricto" seria "um sistema de cursos que se superpõe à graduação, com objetivos mais amplos de formação científica e cultural".

O professor Sucupira especifica que, nos EUA, além do mestrado, há dois tipos de doutorado: o de pesquisa, que confere o título de PhD, e os doutorados profissionais, como o MD. Esclarece que uma das principais características da pós-graduação americana é a sua flexibilidade.

O parecer Newton Sucupira foi aprovado e, em 1969, o CFE estabeleceu, com base nele, as normas de credenciamento dos cursos de pós-graduação.

Em 1970, o prof. Muniz de Aragão emitiu o seu famoso e polêmico parecer sobre a pós-graduação na área médica, chamando a atenção para a longa duração do curso médico, para a necessidade de especialização sob forma de Residência. Aragão propôs que a Residência pudesse ser estruturada de forma a poder contar créditos na pós-graduação, conferindo o título de mestre ou se constituindo em base para o doutorado. Fica mais ou menos implícita, nesta proposta, a idéia do doutorado direto sem mestrado, na área médica. Propõe ainda que na pós-graduação em medicina fossem obrigatórias as disciplinas de Didática Especial e Pedagogia Médica.

O parecer foi muito discutido e, por fim, em 1976, o CFE optou por aprovar o parecer do prof. Paes de Carvalho, que separa claramente Residência de pós-graduação, considerando aquela como indispensável à matrícula nesta. Manteve, no entanto, a exigência de Didática Especial e Pedagogia como disciplinas obrigatórias.

Em 1983, o CFE fixou novas normas para credenciamento dos cursos, que consolidavam as normas já propostas anteriormente. A leitura destas normas e pareceres deixa uma impressão clara de que o CFE foi muito pouco exigente quanto a pormenores. Fixou linhas mestras deixando grande liberdade para que as universidades e os cursos se desenvolvessem de acordo com suas vocações.

De fato, as normas do CFE definem pós-graduação — mestrado e doutorado —; falam em "atividades didáticas e acadêmicas" para o mestrado; usam a expressão "programas de traba-

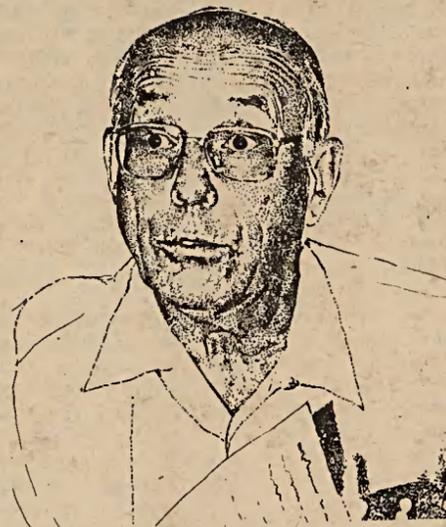


ILUSTRAÇÃO MARCOS MARQUES

cessário a titulação do médico em relação às outras áreas.

Lá fora, este problema é resolvido pelas diferenças entre o PhD e os doutorados profissionais.

Aqui, embora o CFE fale em doutorados profissionais, quanto às normas eles não se distinguem dos doutorados em Ciências, Letras ou Artes.

O tempo longo necessário à titulação dos médicos tem uma série de consequências negativas. De fato, a despeito da acentuada melhoria no valor das bolsas, é muito difícil fazer com que um médico, já possuidor de especialização profissional, se dedique exclusivamente ou mesmo prioritariamente à sua pós-graduação. É irreal e injusto, e, mais ainda, pode ser contraproducente, pois a dedicação exclusiva à pós-graduação poderia significar o afastamento total da atividade profissional, o que não é bom para quem deseja ser professor de Medicina.

Este impasse permanece e é de difícil solução. Porém, como o tema implica em propostas, devo fazê-las.

Creio que a mais importante é a de que as universidades e os cursos se aproveitem da abertura nos regulamentos e inovem.

Entre as coisas que, na minha opinião, precisavam de inovação, cito:

1. Transformar as atividades de mestrado, reduzindo as "aulas" e ampliando o tempo dedicado a trabalhos com participação ativa dos alunos.

2. Revisão do conceito de crédito, que deve ser o menos restritivo possível. O ideal seria definir créditos por um certo número de horas, sem qualquer outra especificação.

3. Proposição de outras formas, além da dissertação, para a atividade terminal do mestrado. Afinal, que são dissertações? Na maioria dos concursos de que tenho participado elas não se distinguem das teses de doutorado.

4. Revisão do doutorado, que, na maioria das vezes, se distingue do mestrado apenas pelo número de créditos exigidos. As regras falam de "programa de doutorado". Por que não seguir-las? Por que não fazer "programas" que impliquem apenas em trabalho em laboratório, planejamento de trabalhos prospectivos, ao invés de, mais uma vez, aulas expositivas?

5. Reavaliação das diferenças entre mestrado e doutorado. Não se trata de propor regras, mas sim de que em cada curso se procure discutir essas diferenças e, de acordo com a sua vocação, defini-las claramente.

6. Voltar a discutir as diferenças entre pós-graduações em Ciências, Letras ou Artes e as pós-graduações nas áreas profissionais, especificamente na médica.

7. Valorizar o tirocínio didático exigindo, como pedem as normas, que os pós-graduandos desempenhem atividade didática contínua junto à graduação, o que implicaria a contagem de créditos e a avaliação e acompanhamento pelos docentes de Pedagogia e Didática.

Por fim, e principalmente,

8. Reavaliar a pesquisa que vem sendo desenvolvida na pós-graduação. Será que as dissertações e teses constituem investigação publicável em periódicos de bom nível editorial? Ou será que estamos chamando de pesquisa a simples reprodução do já conhecido ou ainda a simples revisão retrospectiva de casos com todas as falhas que se acumulam em nossos prontuários?

Formar investigadores é uma das metas prioritárias da P.G. Será que nós estamos dando tudo de que somos capazes para transformar nossos pós-graduandos em pesquisadores?

Mário R. Montenegro é professor emérito da Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP. Este artigo foi escrito originalmente para o II Simpósio de Pós-Graduação na Área Médica, realizado em Curitiba, em dezembro de 1988.

FM, em pleno desenvolvimento científico

A Faculdade de Medicina de Botucatu é uma das melhores do país

Criado em 1963, na então Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas, Instituto Isolado de Ensino Superior do Estado de São Paulo, o curso de Medicina de Botucatu foi o primeiro daquela faculdade, seguido pelo curso de Veterinária, instituído no ano seguinte.

A graduação em Medicina conta com todos os recursos para oferecer um ensino de bom nível a seus alunos e tem como Unidade Auxiliar, nada menos que um dos mais completos hospitais do país, que presta inegável apoio não só à formação de seus discentes como também à pesquisa e à prestação de serviços à comunidade (veja matéria abaixo). "O HC de Botucatu é um dos únicos hospitais do Estado de São Paulo vinculado diretamente à Universidade", afirma a vice-diretora da FM, professora Dinah Borges de Almeida. "Nele, os alunos participam das várias atividades do ambulatório, enfermarias, pronto-socorro e centros de saúde. Além disso, a Faculdade oferece também o programa de Residência Médica em várias áreas."

Ampliando a oferta de ensino público e gratuito no Estado, entrou em funcionamento este ano, na Faculdade, o curso de graduação em Enfermagem. "Um dos objetivos da criação deste curso é colocar profissionais de alta qualificação no mercado de trabalho, que está bastante deficitário", explica a vice-diretora da FM. "Quando se abre concurso na Faculdade, para contratação de enfermeiros, as vagas não chegam a ser preenchidas", ela completa.

O curso de Medicina é ministrado em seis anos, e nos dois últimos o aluno permanece na Faculdade em tempo integral, sob a forma de internato, devendo dar pelo menos um plantão por semana no HC. "É neste período que se dá a prática do atendimento médico supervi-

sionado, acompanhado de seminários com conteúdo teórico", afirma Dinah Borges. O curso de Enfermagem é concluído em quatro anos e visa a formação de enfermeiro geral. Por enquanto, o curso está sendo ministrado pelo corpo docente da Medicina.

"O ensino na Faculdade de Medicina de Botucatu é considerado um dos melhores do Brasil, e no seu vestibular há a maior proporção de candidatos por vaga entre as Faculdades públicas do Estado de São Paulo e, possivelmente, do país", analisa Dinah Borges. Segundo a professora, a Faculdade passa hoje por um momento de reestudo de seu curso médico, de tal forma a mantê-lo atualizado quanto a dois aspectos: o acelerado desenvolvimento técnico e científico nessa área e as necessidades de formação de um profissional verdadeiramente preparado.

RESIDÊNCIA MÉDICA

A FM de Botucatu possui o concurso para médicos-residentes, tanto para os alunos formados na Faculdade como também para aqueles de outras Instituições. A Residência Médica, uma forma de pós-graduação lato sensu, pode durar de dois a quatro anos e deve ser realizada pelos profissionais em 48 horas semanais mais um plantão. Hoje, a FM conta com 227 residentes distribuídos em 30 áreas médicas credenciadas pela Comissão Nacional de Residência Médica. Para a realização de suas atividades, o residente-médico recebe uma bolsa da Fundação para o Desenvolvimento Administrativo (FUNDAF), que atualmente é de NCz\$ 377,85, e a Coordenadoria de Assistência ao Estudante (CAE) da Reitoria paga ainda 20% desse valor como auxílio-moradia. As bolsas para os residentes são reajustadas conforme o aumento dado ao funcionalismo público.

Ao lado da Residência Médica, a FM oferece também um estágio para profissionais de nível superior ligados à área da saúde, como biólogos, fisioterapeutas, psicólogos ou assistentes sociais, num total de 80 alunos. "Essas duas funções se processam para que os profissionais obtenham um melhor aprendizado através do atendimento médico supervisionado, podendo, inclusive, participar de atividades de pesquisa", diz Dinah Borges.

PESQUISAS

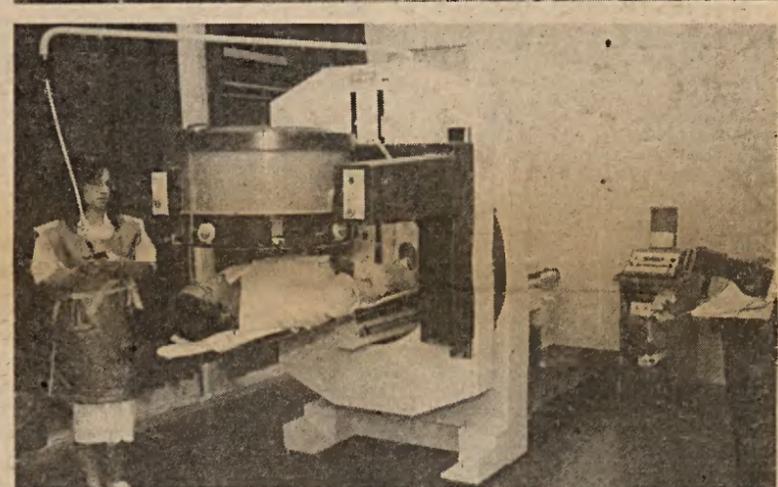
A FM oferece três cursos de pós-graduação, tanto em nível de mestrado como de doutorado: Bases Gerais da Cirurgia e Cirurgia Experimental, Fisiopatologia — com quatro áreas de concentração, em Cardiologia, Nefrologia, Metabolismo e Nutrição — e Anatomia Patológica, iniciado este ano. Os dois primeiros cursos têm recebido, desde sua implantação, o conceito "A" da CAPES. "Essa conceitualização se deve ao fato de 95% do corpo docente estar enquadrado em regime de dedicação integral, o que possibilita não apenas um ensino de alta qualidade, mas o desenvolvimento de pesquisas de ótimo nível", avalia o professor Arthur Roquete de Macedo, diretor da FM.

Dentre as pesquisas desenvolvidas na Faculdade, as de maior expressão estão na área experimental: nutrição, patologia, blastomiose, diabetes, fisiologia cardíaca, função renal, transplante com técnica microcirúrgica e outras. Nessa área, a Faculdade já recebeu 58 prêmios de inúmeras sociedades científicas, inclusive da Academia Nacional de Medicina.

Atualmente, estão matriculados nos cursos de pós-graduação 83 alunos, não só de várias regiões do Estado de São Paulo mas também de outros Estados, como Amazonas, Ceará e Paraná.



A vice-diretora, Dinah Borges de Almeida, e a Faculdade de Medicina com o Hospital das Clínicas (abaixo): três cursos de pós-graduação e 227 residentes em 30 áreas médicas. Na última foto, uma tomografia computadorizada.



FOTOS LULO CLARETO

HC faz 140 mil consultas por ano

Desde sua implantação, em 1968, o Hospital das Clínicas (HC) de Botucatu tem podido auxiliar plenamente as atividades de ensino, pesquisa e prestação de serviços da Faculdade de Medicina.

Considerado o hospital de referência mais importante do sistema estadual de saúde, o HC de Botucatu recebe pacientes de praticamente todas as regiões administrativas do Estado, o que equivale a dizer que por ali passam, diariamente, cerca de 3.000 pessoas — entre triagem, pronto-socorro, ambulatórios, internações e exames. Dispondo de 350 leitos, o HC atende a todas as especialidades médicas, realizando em média 140.000 consultas por ano. "Este hospital é de fundamental importância para a região, principalmente para as faixas de população mais carentes", afirma o supervisor do HC, professor Sidnei Lastoria.

O Hospital das Clínicas de Botucatu tem condições de realizar qualquer tipo de operação cirúrgica — cardiovascular, neurológica, gastroenterológica, plástica e, inclusive, transplantes renais e de córneas entre outras tantas —, e espera proporcionar este ano 12.000 internações e cirurgias.

Um dos setores mais importantes do HC são as Unidades de Terapia Intensiva para adultos, pediátricas e para recém-nascidos, com vinte leitos. "Isso é um inegável avanço hospitalar, pois podemos propiciar aos nossos pacientes um atendimento diferenciado", garante o supervisor Lastoria.

Recentemente, o HC adquiriu

uma série de equipamentos para diagnósticos por imagem, o que fortalecerá ainda mais a sua posição de destaque no Estado. Entre os aparelhos adquiridos estão a ressonância magnética, tomografia computadorizada, ultra-som e angiografia digital que, instalado num prédio de 10.000 m², formarão o Centro de Diagnóstico por Imagem. "Com a inauguração desse complexo, o HC da Faculdade de Medicina terá um dos mais modernos Centros de Diagnóstico por Imagem da América Latina", avalia o diretor da FM, professor Arthur Roquete de Macedo. Com ele concorda Sidnei Lastoria: "No momento, só o Hospital Albert Einstein, de São Paulo, possui um Centro nos mesmos moldes do nosso", compara.

No Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu há também as atividades desenvolvidas pelo alunos, docentes, residentes e estagiários do HC no Centro de Saúde Escola, que pertence à FM mas está ligado à Rede de Saúde de Botucatu. Este Centro faz em torno de 17.000 consultas por ano em bairros da cidade e desenvolve programas de saúde mental, saúde do trabalhador e de saúde bucal. Só no bairro Vila Ferroviária, por exemplo, o Centro de Saúde Escola atende perto de 5.000 pessoas por ano.

HEMOCENTRO

Outro setor bastante desenvolvido no Hospital das Clínicas é o Centro de Hematologia e Hemoterapia, indicado como referência nessa área pelo Ministério da Saúde

e pela Secretaria Estadual da Saúde. São cinco as regiões de Saúde no Estado de São Paulo, e o Hemocentro é a "unidade-mãe" da Coordenadoria Regional da Saúde 5, que abrange desde a cidade de Santos até Avaré.

Entre as várias atividades do Hemocentro, destaca-se a sorologia para transfusões (sífilis, chagas, hepatites e AIDS) em todo o Serviço Unificado e Descentralizado de Saúde de Botucatu, Avaré e Tatui, o que corresponde a uma população média acima de 500.000 pessoas.

Desde 1986, o Hemocentro vem desenvolvendo um programa de exames sistemáticos para a prevenção da AIDS em todo sangue coletado. "Esse programa para combater a AIDS faz parte de um plano de ação da Secretaria da Saúde, em que a primeira atividade é garantir um sangue no Estado com sorologia adequada", afirma o professor Paulo Machado, diretor do Hemocentro. Em 14.000 doadores, o Hemocentro desde o início do programa já detectou oito casos de AIDS.

Outra área de atuação do Hemocentro é a quimioterapia do câncer, que atende cerca de 400 pacientes por mês. Em hematologia, que abrange os diagnósticos laboratoriais, clínicos e o tratamento de doenças do sangue, o Hemocentro atende sessenta pacientes por mês, todos internados no HC. Além disso, acompanha e faz o controle em 23 hemofílicos e em 105 pacientes com problemas de doenças hemorrágicas.

Adriana Machado

FACULDADE DE MEDICINA

FUNCIONÁRIOS

Número Total	1490
--------------	------

GRADUAÇÃO

CURSOS	Nº DE ALUNOS
MEDICINA	540
ENFERMAGEM	20
TOTAL	560

ESTRUTURAS DEPARTAMENTAIS

DEPARTAMENTOS
ANESTESIOLOGIA
CIRURGIA E ORTOPEDIA
CLÍNICA MÉDICA
GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
MEDICINA LEGAL E MEDICINA EM SAÚDE PÚBLICA
NEUROLOGIA E PSIQUIATRIA
OFTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA
PATOLOGIA
MOLÉSTIAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS, DERMATOLOGIA E
RADIOLOGIA
PEDIATRIA
UROLOGIA

DOCENTES

REGIME DE TRABALHO	Nº DE DOCENTES
RDIDP	182
RTC	17
RTP	01
40 horas	01
TOTAL	204

Campus de Botucatu Distrito de Rubião Júnior, s/nº CEP 18610 Botucatu — SP — Fone (0149) 22-0555